



SERVIÇOS

contabilidade ♦ assessoramento ♦ perícias ♦ informações ♦ pesquisas

Força motriz

Carlos José de Lima Castro assume a presidência da Fenacon, com a missão de intensificar a atuação política da entidade, fortalecer as mais de 100 mil empresas que compõem as 70 atividades econômicas representadas e defender a justiça tributária e o desenvolvimento social e econômico do País



Pedro Coelho, à direita, passa o cargo de presidente da Fenacon a Carlos Castro, durante solenidade, em São Paulo

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre

Pres.: Sergio Castagna
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223-8177/223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax: (82) 336-6038 / 336-3692
nortecal@veloxmail.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - Amapá

Pres.: Márcio Lélío da Paixão Nascimento
Av. Ana Nery, 1138 A, Jesus de Nazaré
68908-190 - Macapá/AP
Telefax: (96) 222-0358
sescap@tvsom.com.br
www.sescap-ap.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Amazonas

Pres.: Wilson Américo da Silva
R. Monsenhor Coutinho, 477 - sala 5 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Telefax: (92) 3087-6089 / 233-2336
sesconam@argo.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

SESCAP - Apucarana

Pres.: Alicindo Carlos Moroti
R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
86800-720 - Apucarana/PR
Telefax: (43) 422-3913
apogramacao@brturbo.com
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - Bahia

Pres.: Fernando César Passos Lopo
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573
12º andar, salas 1205/1206 - Candeal de Brotas
40289.900 - Salvador/BA
Tel.: (71) 452-4082 / Fax: (71) 452-9945
sesconba@terra.com.br
www.sescon-ba.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - Baixada Santista

Pres.: Orival da Cruz
Av. Conselheiro Nébias, 592 - Centro
11045-002 - Santos/SP
Tel.: (13) 3222-4839
Fax: (13) 3222-1862
sesconsantos@uol.com.br

SESCON - Blumenau

Pres.: Gelasio Francener
R.15 de novembro, 550 - 10º andar
salas 1009/1010
89010-901 - Blumenau/SC
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: (47) 326-3401
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - Campinas

Pres.: Carlos José Tozzi
R. Irmã Serafina, 863 - 2º andar - sala 22
13015-201 - Campinas/SP
Telefax: (19) 3239-1845
sesconcampinas@uol.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: Celestino Oscar Loro
R. Italo Victor Bersani, 1134 - Jd. América
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
sescon@cic-caxias.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - Ceará

Pres.: Pretextato Salvador Quaresma G.
de Oliveira Mello
Av. Washington Soares, 1.400 - sala 401,
Edson Queiróz
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.: (85) 273-2255 / Telefax: (85) 273-5083
sesconce@sescon-ce.org.br
contato@sescon-ce.org.br
www.sescon-ce.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - Distrito Federal

Pres.: Paulo César Terra
SHC CR Quadra 504, Bloco C, Subsolo -
loja 64, Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226-2456 / 226-1485 / 226-1269
Fax: (61) 226-1248
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - Espírito Santo

Pres.: Rider Rodrigues Pontes
R. Quintino Bocaiuva, 16, sala 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-3547 / Fax: (27) 3222-7589
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - Goiás

Pres.: Edson Cândido Pinto
Av. Goiás, 400 - 6º andar - sala 67 - Centro
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax: (62) 212-4477
sescongo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: Maurício Melo
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCON - Londrina

Pres.: Paulo Bento
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax: (43) 3329-3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlda.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCON - Maranhão

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/nº - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís/MA
Tel.: (98) 236-6971
sescon.ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - Mato Grosso

Pres.: João dos Santos
R. São Benedito, 851 - 1º andar - Lixeira
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel.: (65) 623-1603 / Fax: 321-4831
sesconmt@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: Carlos Rubens de Oliveira
R. Elvira Pacheco Sampaio, 681 - Jardim
Monumento
79071-030 - Campo Grande/MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@sesconms.org.br
www.sesconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar - Centro
30130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - Pará

Pres.: Paulo Otávio Bastos Baker
Av. Presidente Vargas, 640 - 5º andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212-2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - Paraíba

Pres.: Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
R. Rodrigues de Aquino, 267 - 3º andar - Centro
58013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 222-9106
Fax: (83) 222-9106
sesconpb@jrcontag.jp.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - Paraná

Pres.: Mário Elmir Berti
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar - Centro
80010-911 - Curitiba/PR
Telefax: (41) 222-8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCAP - Pernambuco

Pres.: Adelvani Braz
R. José Aderval Chaves, 78, salas 407/408,
Boa Viagem
51111-030 - Recife/PE
Telefax: (81) 3327-6324
sescap-pe@sescap-pe.com.br
www.sescap-pe.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

SESCON - Piauí

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
Av. José dos Santos e Silva, 2090
sala 201 - Centro
64001-300 - Teresina/PI
Telefax: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - Ponta Grossa

Pres.: Luiz Fernando Saffraider
R. XV de Novembro, 301 - 6º andar - salas
67 e 68 - Centro
84010-020 - Ponta Grossa/PR
Telefax: (42) 222-1096
sesconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: Guilherme Bottrel Pereira Tostes
Av. Passos, 120 - 7º andar - Centro
CEP: 20051-040 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8868
Telefax: (21) 2233-8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj
Cód. Sindical: 002.365.86761-1

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: Edson Oliveira da Silva
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201-0708
sescon.rn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Rio Grande do Sul

Pres.: Luiz Carlos Bohn
R. Augusto Severo, 168 - São João
90240-480 - Porto Alegre/RS

Tel.: (51) 3343-2090
Fax: (51) 3343-2806
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCAP - Rondônia

Pres.: João Aramayo da Silva
Av. Carlos Gomes, 2292 - sala 04 -
São Cristóvão
78901-200 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 3026-2531
Fax: (69) 224-1922
siecont-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Roraima

Pres.: Auxiliadora Oliveira Araújo
Rua Coronel Mota, 1868 - Centro
69301-120 - Boa Vista/RR
Telefax: (95) 624-4588
sesconrr@hotmail.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - Santa Catarina

Pres.: Luiz Antonio Martello
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bloco B -
salas 306/308
89201-906 - Joinville/SC
Telefax: (47) 433-9849 / 433-1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - São Paulo

Pres.: Antônio Marangon
Av. Tiradentes, 960 - Luz
01102-000 - São Paulo/SP
Telefax: (11) 3328-4900
Fax: (11) 3328-4940
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCON - Sergipe

Pres.: José Cícinato Vieira Melo
R. Siriri, 496 - sala 3 - 1º andar - Centro
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax: (79) 214-0722
sesconse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - Sul Fluminense

Pres.: Fulvio Abrami Stagi
R. Orozimbo Leite, 14, 2º andar, Centro
27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax: (24) 3322-5627 / 3323-8318
sesconsul@uol.com.br
www.sescon-sulfluminense.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCON - Tocantins

Pres.: Flávio Azevedo Pinto
Rua NE 11, lote 20, quadra 104 Norte -
sala 04 - Ed. Lumare
77006-030 - Palmas/TO
Tel.: (63) 215-8267
opcon@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Tupã

Pres.: Hamilton D. Ramos Fernandez
R. Potiguaras, 414 - Centro
17601-080 - Tupã/SP
Telefax: (14) 3496-1727
ecmodelo@unisite.com.br

Atualizado em 21.07.2004

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.



FENACON

Setor Bancário Norte, Quadra 2,
Lote 12, Bloco F, salas 904/909
CEP 70040-000 - Brasília - DF
Telefax: (61) 327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

Diretoria da Fenacon 2004/2007

Presidente: Carlos José de Lima Castro

Vice-presidente Institucional: Valdir Pietrobon

Vice-presidente - Região Sudeste: Saulo Henrique de Almeida

Vice-presidente - Região Sul: Renato Francisco Toigo

Vice-presidente - Região Nordeste: José Geraldo Lins de Queirós

Vice-presidente - Região Centro-Oeste: Laércio José Jacoméli

Vice-presidente - Região Norte: Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor Administrativo: Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro: Roberto Wuthstrack

Diretor de Eventos: Carlos Roberto Victorino

Diretor de Tecnologia e Negócios: Nivaldo Cleto

Diretora de Assuntos Legislativos e do Trabalho:

Aparecida Teresinha Falcão

Diretor de Relações Institucionais: Urubatam Augusto Ribeiro

Suplentes: Osias Chasin

Bruno Ricardo de Souza Lopes

Reinaldo Aparecido Domingos

Paulo Bento

Fernando César Passos Lopo

Antonino Ferreira Neves

Ronaldo Geraldo de Castro

Luiz Valdir Slompo de Lara

Antonio Luiz Amorim Araújo

João Aramayo da Silva

Wladimir Alves Torres

Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior

Anastácio Costa Mota

Conselho Fiscal

Efetivos: Sérgio Approbato Machado

Haroldo Santos Filho

Vilson Wegener

Suplentes: Maciel Breno Schiffler

Valmir Madázio

Almir Dias de Souza

Representação na CNC

Efetivos: Carlos José de Lima Castro

Pedro Coelho Neto

Suplentes: Irineu Thomé

Valdir Pietrobon

Expediente

A REVISTA FENACON EM SERVIÇOS é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Circulação Nacional - Empresas dos setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e entidades empresariais.

Auditoria de Circulação: Itecon - Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

Impressão: Prol Gráfica Editora Ltda.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo Ventura

Conselho Editorial: Diretoria Executiva

Tiragem: 50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados

Secretaria de redação

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 12, Bloco F, salas 904/909
CEP 70040-000 - Brasília - DF • Telefax: (61) 327-0002
E-mail: revistafenacon@fenacon.org.br

Anúncios

Pedro A. De Jesus • Tel.: (11) 3875-0308
E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

FENACON em

Ano IX - Edição 103

SERVIÇOS

Julho de 2004



Foto: Sérgio de Paula

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Perguntar eu perguntei!	
■ burocracia	06
. Caminho aberto	
■ simples	07
. Segmento de serviços reivindica inclusão de empresas no Simples	
■ manifesto	08
. Contabilistas repudiam declaração de ministro	
■ tecnologia	08
. Representação no Comitê Gestor da Internet	
■ opinião	09
. O vôo da galinha	
■ economia	10
. Entraves legais	
■ perspectiva	12
. Proposta de tributação dos lucros distribuídos penaliza investimentos e inviabiliza empresas	
■ à luz do direito	14
. As sociedades uniprofissionais e o caráter empresarial	
■ publicado & registrado	16
. Registrar empresa pode ficar mais simples	
. Coelho Neto ataca alta carga tributária e burocracia à RBC	
. Cinco ministérios vão aderir ao Linux	
■ tributação	17
. Painel discute PIS/ Pasep e Cofins na importação	
. Cofins aumenta arrecadação do governo	
■ sistema fenacon	18
. Nova diretoria da Fenacon toma posse em São Paulo	
■ eventos	24
. Qualidade de vida e prestação de serviços	
. Desenvolvimento no Piauí	
. 19º encontro abordará gestão contábil dos negócios em SP	
■ desenvolvimento pessoal	30
. E se...	
■ regionais	32
. Sescon/PI conquista ISS fixo e anual	
. Sescap/BA reelege Lopo	
. Nascimento assume no AP	
. Posse no Sescon/DF	
. Com sede nova, Sescon/RJ empossa diretoria	
. Continuidade em Sergipe	
. Américo permanece no Sescon/AM	
. Novos associados e desempenho profissional são as metas no PA	

Nova gestão

Quero parabenizar primeiramente o meu amigo Pedro Coelho Neto por sua postura sempre ética e profissional na condução da Fenacon. Não se sinta sozinho na luta que travou em benefício das empresas que você representa. Todos nós, que um dia passamos por uma entidade de classe, tivemos conquistas como também tivemos dissabores, iguais àquelas descritas por você, mas que, nem por isso, nos deixam menos motivados. Pelo contrário, nos dão mais ânimo para continuar.

Como você finalizou no seu espaço (Palavra do Presidente' - RFS - edição 102 - junho/2004), detesta-se o erro, mas vamos amar aquele que erra, pois ele é um filho de Deus.

Quanto ao meu amigo Carlos Castro, muitas luzes para que ele possa pôr em prática aquilo que o levou a presidir uma instituição que representa, seguramente, a metade do PIB nacional. Que seus sonhos se tornem realidade e que você possa realizar aquilo que conseguiu em São Paulo. Como diz um brocado em latim "Quae cernimus, scire affirmabimus" – "aquilo que vimos com nossos olhos, poderemos afirmar que sabemos".

Hajime Isayama

Campinas - SP

h.isayama@terra.com.br

Paralisia

A burocracia hoje é o principal câncer que prolifera para todos os lados, contaminando a todos, seja pela dispensa de formalidades disfarçada de exigências, seja pela inércia da máquina estatal em entender que um país não cresce de mãos amarradas, ouvidos entupidos e boca lacrada.

A burocracia deixa o país paralisado e, o que é pior, deixa de dar oportunidade de empregos diretos ao grupo de empresas que mais emprega, as micro e pequenas e, dentre elas, as empresas de contabilidade.

Jesuino de Souza Oliveira

Diretor-secretário da Federação

dos Contabilistas do Estado da Bahia

Empresário contábil

Itabuna - BA

jesuino@nuxnet.com.br

Marketing

Primeiramente, queria dizer que gostei bastante do site da Fenacon e parabenizá-

los por esse trabalho. Gostaria também de saber se já saiu algum artigo sobre 'Marketing nos serviços de auditoria'. Para mim, seria um assunto muito importante, nesse momento. Se tiverem algo a respeito, peço que enviem-me por e-mail.

Marlon Clayton

Arapiraca - AL

clayton@hotmail.com

Da redação: Caro Marlon, seu pedido está anotado. O tema será proposto ao conselho editorial para que seja oportunamente incluído na RFS.

Isonomia

Apreciei bastante a alentada análise crítica sobre "O Custo Excessivo da Burocracia Fiscal", da prezada e ilustre amiga Marta Arakaki. Meus sinceros parabéns. O presidente da Fiemg, o empresário José Alencar, hoje, vice-presidente da República, mencionou, em seminário sobre o Imposto Único, que os contadores das empresas dedicavam, nas tarefas diuturnas, cerca de 60% do seu trabalho profissional a atender exigências legais tributárias e que apenas 40% eram para os empresários. O alerta sobre essas distorções deveria ser bandeira das nossas entidades de classe.

Fernando Carneiro da Motta

fermo@fmotta.com.br

Internet

Prezado Nivaldo Cleto, há algum tempo, tenho lido suas publicações as quais falam principalmente sobre o uso da Internet. Gostaria de parabenizá-lo sobre o seu trabalho. Tudo o que se refere à Internet acho importante, principalmente alguns sites que passei a consultar e que tornaram-se de grande valor para minha empresa.

Necessitando melhorar meus conhecimentos, gostaria, se possível, que me indicasse o curso adequado que trata a respeito de Internet, Word e Excel para aplicar em meu trabalho. Há pouco mais

de quatro anos, estou usando diariamente o computador.

José Alves

Contador

São Vicente - SP

josealves@josealvescontabilidade.com.br

Tecnologia

Não é recente o meu interesse e entusiasmo pelo trabalho do diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto, mas gostaria de manifestar especial agrado pela matéria 'A tecnologia na relação fisco-contribuinte-contabilista', publicada na edição 101, de nossa revista.

Precisamos estimular o combate a esta burocracia impiedosa e, principalmente, aos seus articuladores políticos. Vejo, com sofrimento, a classe contábil sendo penalizada com obrigações pouco produtivas e por pronunciamentos como o recente feito pelo ministro Antonio Palocci.

Jânio Pontes

pontes@terra.com.br

Nivaldo Cleto: prezados colegas, agradeço as considerações sobre os meus artigos veiculados na Revista Fenacon em Serviços. Eu aprendi a utilização básica do Word, Excel e Internet meio que 'na raça'. Seria muito mais cômodo se contratássemos um instrutor. Tive uma experiência há alguns anos, através da qual aprendi diversas dicas e truques para agilizar os meus trabalhos.

Se você fizer um curso, precisa analisar o nível com o coordenador para não ficar redundante. Quem sabe o Sescon/Baixada Santista não pode criar um curso prático para profissionais e empresários? Os participantes seriam todos do mesmo nível e até poderiam fazer um network com troca de experiências.

Parabéns pela força de vontade, nossa classe não pode ficar para trás. As modernas ferramentas para gestão dos negócios e a utilização da Internet já estão enraizadas no nosso cotidiano. Espero haver atendido ao seu pedido.

Fale com o editor: revistafenacon@fenacon.org.br

As mensagens, para esta seção, somente serão publicadas com a devida identificação do leitor:

Nome, Endereço Completo e Telefone.

Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.



Carlos José de Lima Castro

Perguntar eu perguntei!

Assumimos no dia 1º de julho a presidência da Fenacon e, nos próximos 36 meses, estaremos mensalmente em contato com todos os leitores da nossa revista. Para os que não me conhecem, além de empresário da contabilidade, participei por 13 anos como diretor da Aescon-SP e do Sescon-SP, onde tive o prazer de presidir no triênio 2001/2003.

Dessa memorável experiência, convivi com os problemas das empresas de serviços – pelo menos os da última década, que para mim foram os piores –, acompanhei todo o avanço do nosso seguimento sindical, com o nascimento da nossa federação, e, agora, tenho a honra de coordenar uma magnífica diretoria.

Teremos por metas a expansão da representatividade da Fenacon e o desenvolvimento dos sindicatos filiados, com o intuito de crescermos e sedimentarmos definitivamente a nossa federação.

O setor de serviços tem sofrido as mais diversas agruras. Fomos contemplados com o aumento da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro

“O governo transfere as suas obrigações para os empresários, aumentando significativamente o custo Brasil e desfocando o principal objetivo de todo empreendedor”

Líquido, para os que estão tributados nos moldes do Lucro Presumido, ou com os aumentos do PIS e da Cofins, para os menos afortunados, que são obrigados a optar pelo Lucro Real.

Paralelamente ao espantoso crescimento da carga tributária brasileira, que, nos últimos dez anos, passou de 25% do PIB para os mais de 40% (isso em termos diretos, pois, se agregarmos os serviços que não são oferecidos a população, tais como educação, saúde, segurança e previdência, há quem diga que a carga tributária indireta ultrapassa os 60% do PIB), temos um crescente aumento de obrigações acessórias, muitas delas repetitivas e mal formuladas.

Assim, o governo transfere as

suas obrigações para os empresários, aumentando significativamente o custo Brasil e desfocando o principal objetivo de todo empreendedor – produzir, gerar empregos e crescer, proporcionando prosperidade para a nação como um todo.

Diante deste caos, sem a oportunidade de visualizarmos as tão almejadas reformas tributária, política e trabalhista, ainda levamos a alcunha de ‘sonegadores contumazes’; é o absurdo dos absurdos.

No V Congresso Latino Americano de Líderes, que aconteceu em São Paulo, nos dias 17 e 18 de julho, tivemos a oportunidade de perguntar ao ministro Palocci: “Senhor ministro, sendo as micro e pequenas empresas de serviços um grande fomento de desenvolvimento e grandes geradoras de empregos, por que são penalizadas pela exclusão ao Simples e não recebem tratamento diferenciado previsto inclusive na Constituição Federal, em relação às obrigações acessórias?”.

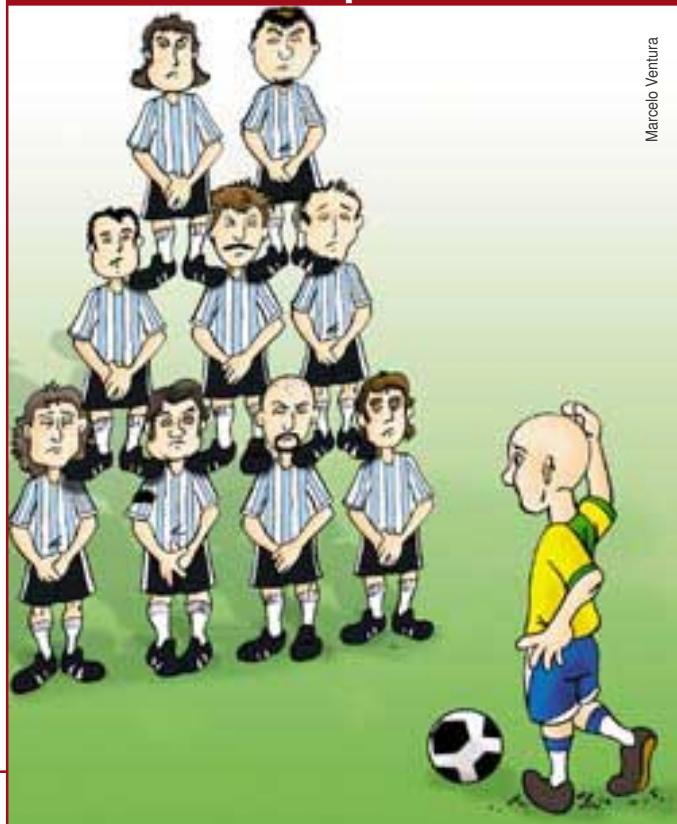
De maneira gentil e elegante o ministro respondeu aos mais de mil líderes presentes que está em estudo um projeto denominado de Super Simples, que, sem sombra de dúvidas, irá aprimorar significativamente todo o processo tributário para as micro e pequenas empresas.

Oxalá que este projeto venha o mais rápido possível, pois, caso contrário, é capaz de não existirem mais empresas a serem beneficiadas. Desta maneira, eu acreditando ter cumprido com o meu papel, passo a ‘bola’ e rezo aos céus para que ilumine os nossos governantes. Afinal, perguntar eu perguntei!

Coloco a disposição de todos os meus representados e aos leitores em geral o e-mail presidente@fenacon.org.br para abriremos um canal de comunicação direto e franco.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon

mondo político



Marcelo Ventura



Caminho aberto

Fenacon e CFC entregam ao Governo propostas para agilizar e desburocratizar o sistema de registro, alteração e baixa de empresas

Representantes da Fenacon e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se reuniram no dia 08 de junho, no gabinete do secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gastaldoni, para entregar as propostas do segmento empresarial, visando a simplificação do registro, legalização e baixa de empresas no Brasil.

O trabalho iniciou-se através de convite feito pelo Ministério do Desenvolvimento, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção e do Ministério da Fazenda, para que a Fenacon/CFC, representando o segmento empresarial usuário dos serviços públicos, participassem das discussões em torno do projeto denominado 'Simplificação e Racionalização do Registro e da Legalização de Empresas'.

O primeiro encontro foi realizado nos dias 19, 20 e 21 de maio, na Escola de Administração Fazendária - ESAF, onde o grupo da Fenacon/CFC interagiu com aproximadamente 80 representantes de todos os órgãos envolvidos no registro de

empresas, além de entidades como Sebrae, Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria, conselhos regionais de contabilidade, Banco Mundial, entre outros (veja matéria na edição n.º 102 da RFS).

Fotos: arquivo Fenacon



Esq. p/ a dir., Nivaldo Cleto, Carlos José de Lima Castro, Valdir Pietrobon e Amândio Ferreira dos Santos. Fenacon e CFC entregam propostas oficiais para simplificar a vida das empresas

Durante a reunião na ESAF, foram apresentadas e discutidas propostas de todos os segmentos participantes, com o intuito de facilitar a criação de novos empreendimentos no Brasil, melhorar o relacionamento do setor produtivo com o poder público e convencer as autoridades tributárias de que o excesso de obrigações e tributos está elevando o número de empresas no mercado informal, principalmente as micro e pequenas.

Segundo estudo do Banco Mundial – Bird, demora-se cerca de 152 dias para abrir uma empresa no Brasil e há 15 etapas a serem cumpridas, sem contar as taxas, exigências, obrigações, contribuições e outras

papeladas durante a gestão do empreendimento. Para fechar uma empresa no país, leva-se cerca de 10 anos.

Sugestões

Carlos Gastaldoni recebeu as propostas elaboradas pelo Comitê Fenacon/CFC, as quais foram baseadas numa enquete realizada pela federação, através da Internet. Empresários, principalmente da área contábil, e demais usuários dos serviços públicos de todo o território nacional enviaram avaliações das práticas

regionais no atendimento e sugestões para a aceleração dos processos de registro.

Gastaldoni enfatizou a importância do envolvimento dos principais representantes da classe empresarial e das instituições públicas no projeto e agradeceu a co-

laboração, informando que estaria consolidando o documento com as demais propostas apresentadas no workshop da ESAF, para, em seguida, apresentar aos ministros. A intenção, garantiu, é colocar as sugestões em prática o mais rápido possível.

Participaram da reunião, além do secretário do Desenvolvimento da Produção, o assessor especial do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, José Fernando Monteiro Alves, o diretor do Departamento Nacional do Registro do Comércio, Getúlio Valverde de Lacerda, o coordenador do DNRC, Rômulo Guimarães, e o presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, João Carlos Montenegro.

Pela Fenacon, estiveram presentes o presidente, Carlos José de Lima Castro, o vice-presidente Institucional, Valdir Pietrobon, o diretor de Tecnologia e Negócios, Nivaldo Cleto, e o representante do CFC, Amândio Ferreira dos Santos.



O secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gastaldoni, na foto, ao centro, garante que a intenção é colocar as sugestões em prática o mais rápido possível

Segmento de serviços reivindica inclusão de empresas no Simples

Reunião foi com o deputado federal Carlito Merss, presidente da Subcomissão Especial do Simples. Um dos desafios será vencer resistência da SRF e do INSS

No último dia 14 de junho, durante reunião no Hotel Le Village, em Joinville/SC, empresários e representantes de entidades estiveram reunidos em torno das discussões a favor da inclusão das empresas de profissão regulamentada no Simples Federal. Cerca de 80 mil estão impedidas de aderir ao sistema simplificado de tributos.

O encontro foi realizado com o deputado federal Carlito Merss (PT/SC), presidente da Subcomissão Especial que irá analisar o tratamento diferenciado e favorecido para as micro-

empresas e para as empresas de pequeno porte, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 42 que tratou da Reforma Tributária.

A Subcomissão, composta por oito parlamentares, é vinculada à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e tem atribuição regimental de analisar as proposições em andamento e realizar audiências públicas. Após os debates, o relator, deputado José Militão (PTB/MG), irá apresentar a proposta da Comissão sobre o tema.

O deputado Carlito Merss acredita que esta é uma excelente oportunidade para aprimorar os mecanismos de desoneração e simplificação tributária sobre a pequena e média empresa. “O trabalho dessa comissão é fundamental para o fortalecimento do empreendedorismo, incentivando a geração de novos negócios e a criação de novos postos de trabalho”, afirma.

A Fenacon esteve representada no encontro por seu diretor Financeiro, Roberto Wuthstrack. Pelo Sescon/SC,



Foto: Divulgação

O deputado federal catarinense Carlito Merss, presidente da Subcomissão Especial do Simples, fala a representantes da Fenacon, Sescon/SC e demais entidades contábeis. À direita, na mesa, o diretor Financeiro da federação e empresário contábil de Joinville, Roberto Wuthstrack

estiveram presentes o vice-presidente, Udécio Demczuk, e os diretores de Eventos, Fernão Sérgio de Oliveira, e suplente, Gustavo Luiz Santana. Eles pediram ao deputado empenho na avaliação dos segmentos atualmente impedidos de aderirem ao Simples.

“As discussões da matéria devem ser realmente amplas”, disse Wuthstrack, que defendeu, inclusive, maior clareza nas terminologias de segmentos de empresas contidas nas matérias aprovadas, em expressões como ‘similares e correlatas’. “É preciso um texto conciso e terminativo”, completou o diretor.

Resistências

O deputado Carlito Merss afirmou que não permitirá no texto de lei a inclusão das empresas de serviços no Simples apenas com fins eleitoreiros e que irá

concentrar suas fontes de informações junto a entidades nacionais e fortalecer contatos pessoais com os representantes. O objetivo é recolher sugestões e argumentos consistentes para enfrentar a forte resistência de setores como a Secretaria da Receita Federal e o INSS.

Segundo esses órgãos, a inclusão de empresas de serviços no Simples resultaria em perdas na arrecadação. “Gostaríamos que fossem disponibilizados números quando defendessem esse argumento”, sugeriu Wuthstrack, que acrescentou: “A Fenacon poderá dar esse suporte e também envolver os membros do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários - NPECT”.

Estiveram presentes na reunião cerca de 50 pessoas, tais como o representante do CRC/SC, José Lourival Klein; do Sindicont Joinville, o presidente Rodolfo Grosskopf, e diretores; o presidente da Ajorpeme, Raulino Schmitz, além de diversos empresários de serviços contábeis.

Em dezembro de 2003, a Fenacon entregou aos principais representantes do Governo Federal cerca de 15.600 assinaturas a favor da inclusão das empresas prestadoras de serviços no Simples. Recolhidas em pouco mais de um mês, as assinaturas foram encaminhadas e protocoladas na Presidência da República, Câmara dos Deputados e no Senado, ministérios da Fazenda, Casa Civil e na Secretaria da Receita Federal. Os documentos foram entregues pelo então presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, acompanhado pelos diretores da federação e políticos.

Contabilistas repudiam declaração de ministro

Conselho Federal de Contabilidade contra-ataca, lembrando que posição do Brasil é vergonhosa e vexatória no ranking mundial das exigências burocráticas descabidas

Com o título de ‘Culpa mal atribuída’, o CFC publicou Carta Aberta ao ministro da Fazenda em alguns dos principais jornais do país, no dia 23 de junho. Durante o Fórum Empresarial, realizado em abril na Ilha de Comandatuba, Bahia, Antonio Palocci teria atribuído parte das dificuldades das microempresas nacionais ao alto custo dos serviços de contabilistas. Noticiada pelo jornalista dos jornais O Globo e Folha de São Paulo, Elio Gaspari, a declaração gerou reações das classes contábeis de todo o país, com a publicação de manifestações de repúdio em seus veículos de comunicação.

A Carta, assinada pelo presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, ressalta: “Acreditamos

que a imputação dessa culpa, que tanta indignação causou em nosso meio, deva-se a uma visão distorcida ou informação intempestiva, passada ao Senhor Ministro por alguma assessoria mal informada. A realidade é bem outra, e o próprio Governo Federal já começa a perceber, quando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Fazenda, recentemente, promoveram junto à Escola de Administração Fazendária, em Brasília, o *workshop* ‘Simplificação e Racionalização do Registro e Legalização de Empresas’, partindo da premissa – contida em pesquisa do Banco Mundial e amplamente divulgada pela mídia nacional – de que os custos da burocracia no Brasil são exorbitantes. O nosso País está colocado em posição vergonhosa e vexatória no ranking mundial das exigências burocráticas descabidas”.

Em outro trecho, diz a Carta: “O profissional da Contabilidade há muito vem sendo

obrigado a arcar com o trabalho infrutífero, decorrente do aumento constante das obrigações acessórias impostas pela Administração Pública (federal, estadual e municipal) às suas empresas clientes. Estas, por sua vez, já submetidas a uma carga tributária impagável, submetem os seus prestadores de serviço a índices de inadimplência insustentáveis”.



Martonio Alves Coelho: “Acreditamos que a imputação dessa culpa, que tanta indignação causou em nosso meio, deva-se a uma visão distorcida ou informação intempestiva”

Bode expiatório

O CRC/RJ, em nota, também atribuiu as dificuldades do exercício profissional à burocracia, em especial no atendimento às exigências do fisco. “O profissional da contabilidade presta indiretamente serviços aos governos, sem nenhuma contrapartida. Cotidianamente elabora e

recolhe impostos, contribuições e taxas das empresas”, diz a nota e completa: “Respeitem os profissionais de contabilidade que têm dado uma significativa parcela de contribuição ao desenvolvimento do país”. O texto foi assinado pelo presidente do CRC/RJ, Nelson Rocha.

Já o CRC/SC declarou que longe de ser apenas um ‘custo’, como afirmou o ministro, o profissional da contabilidade é um parceiro fundamental das empresas, ajudando-as a se manter no mercado ao oferecer informações estratégicas para a gestão dos seus negócios. “Além de servir como ‘bode expiatório’ do governo para justificar as modestas taxas de crescimento da economia, os profissionais vêm sendo obrigados a arcar com um crescente volume de trabalho decorrente do aumento das obrigações acessórias. Não bastasse esse acúmulo, é cada vez mais pesado o valor das multas imputadas às empresas. O governo precisa aprender a ouvir o seu

Representação no Comitê Gestor da Internet

O diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto, foi eleito, no último dia 12 de julho, suplente do setor empresarial usuário para o Comitê Gestor da Internet do Brasil 2004. O CGI-br foi criado com o objetivo de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços pela Internet no país e assegurar qualidade e eficiência dos serviços ofertados, com padrões de conduta para usuários e provedores.

Cleto representará o segmento empresarial contábil e da área de serviços. “O meu principal objetivo, ao fazer parte desse Grupo de Gestores é o de viabilizar programas que facilitem o acesso à Web para toda a sociedade brasileira, elaborar programas de transmissão de informação simples, objetivos e práticos, colaborando principalmente para o fortalecimento da idéia de conhecimento e uso a partir das escolas desde o ensino básico”, diz o diretor, que recebeu o apoio de diversos sindicatos filiados à Fenacon, bem como do CRC/SP, CFC, Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Sindicont/SP.

público”, diz a nota, assinada pelo presidente do CRC/SC, Nilson José Goedert.

Elio Gaspari destacou em sua coluna semanal do jornal O Globo: “estima-se que as empresas gastem 6% de seu faturamento mantendo estruturas destinadas a cumprir exigências do fisco. Nada a ver com a carga tributária de 38%, nem com os honorários dos 320 mil contadores que ralam para botar comida na geladeira. Eles custam em torno de 1% do faturamento da microempresa”. Ele finalizou sua coluna, publicada no dia 9 de maio, mandando um recado ao ministro. “Se o doutor Palocci não se cuidar, poderá ter uma situação em que uma metalúrgica altamente automatizada gastará mais dinheiro na produção do papelório da Receita Federal do que na produção de aço”.

O vôo da galinha

Antonio Oliveira Santos



Foto: divulgação

Como é fácil verificar, com exclusão dos bancos, o único setor da economia nacional que apresentou resultado excepcional em 2003 foi o das exportações, incluindo as *commodities* da agroindústria. O crescimento de 21,1% das exportações foi fundamental para evitar uma crise de sérias proporções, mas, mesmo assim, não impediu o desempenho negativo do PIB (-0,2%).

Afora as exportações, outros indicadores da economia apresentaram resultados pífios: o desemprego médio acima de 12% e a queda do salário real em 5,4% indicam o estado de fraqueza da economia nacional, incapaz de levantar vôo com as amarras de uma taxa de juros de mais de 40% para desconto de duplicatas (capital de giro) e uma carga fiscal insuportável, também caminhando para 40% do PIB, duas vezes mais alta que a dos países emergentes que conosco concorrem nos mercados internacionais.

A economia nacional estagnou há alguns anos e, desde então, vai se con-

figurando a impossibilidade de voltar a crescer às taxas tradicionais, enquanto o País estiver subjugado à ineficiência de uma política fiscal que subtrai 40% dos recursos privados, para um serviço público precário, que não atende às exigências mínimas em setores de saúde, educação, saneamento e segurança pública.

Cabe repetir que, no Brasil, só encontram espaço para crescer, afora os bancos, as grandes firmas do setor agropecuário e da exportação, porque

desfrutam de crédito a juros internacionais e tributos várias vezes menores que os das empresas voltadas para o mercado interno.

Some-se a tudo isso uma burocracia infernal e uma crescente corrupção, para completar um diagnóstico de mediocridade e de incapacidade. Por maior simpatia que tenhamos pela atual Administração, não se pode fugir à evidente dificuldade para administrar a dívida interna em preocupante expansão,

sobre a qual incidem juros anuais correspondentes a quase 10% do PIB. A economia brasileira pode até crescer 3%, em um ano, mas será um ‘vôo de galinha’. Dificilmente, terá sustentação.

Para realizar o ‘espetáculo do crescimento’, o Governo terá que promover o desmonte deste Estado paquiderme, nos três níveis de Governo, liberar as amarras do setor privado e do mercado interno, combater a ignorância de uma pseudo política ambiental, que se contrapõe, sistematicamente, aos avanços da ciência e da tecnologia, e praticar uma ‘política externa de resultados’, distanciada do atavismo terceiro-mundista.

Ninguém discorda que essa é uma tarefa extremamente difícil e impopular que, além de coragem e determinação, vai requerer o empenho de mais de uma administração. Mas é certo que se não começarmos esse programa, o quanto antes, estaremos condenando o País a um futuro medíocre.

Antonio Oliveira Santos é presidente da Confederação Nacional do Comércio - CNC. Publicado no jornal ‘A Gazeta’, de Vitória-ES, em 06/06/04

Domínio

Entraves legais

Especialistas apontam as principais causas do baixo crescimento econômico do Brasil e criticam a morosidade do Judiciário

A existência de um ambiente legal estável é essencial para atrair novos investimentos e acelerar o ritmo da economia do país. Esse foi o ponto central abordado por economistas e juristas durante o seminário internacional “Instituições, Ambiente Legal e Crescimento”, promovido pelo Ibmec, no último dia 21 de junho, em São Paulo. Segundo os especialistas, as incertezas jurídicas causam desconfiança para os investidores e prejudicam a formalização de contratos e o surgimento de novos empreendimentos.



José Alexandre Scheinkman: “Nós temos no Brasil uma Justiça que é incerta, morosa e cara. Isso sem falar na legislação”

“Nós temos no Brasil uma Justiça que é incerta, morosa e cara. Isso sem falar na legislação”, criticou o economista da Princeton University, José Alexandre Scheinkman. Para ele, o Judiciário diminui a força dos contratos, causando um efeito negativo na locação e tomada de risco. “A incerteza diminui o seu valor e o da relação econômica e torna as atividades que envolvam riscos muitas vezes inviáveis”.

Segundo o professor do Ibmec, Eduardo Giannetti da Fonseca, o país



Mesa do evento: a partir da esq., Aloisio Araújo, professor do IMPA e FGV e consultor do Banco Central para a nova Lei de Falências; Ian Goldfajn, professor do departamento de Economia da PUC-RJ; Cláudio Haddad; presidente do Ibmec-SP; e Edward Glaeser, professor de Economia na Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Harvard

combina o pior dos dois mundos do ponto de vista jurídico. “Nós somos um país de tradição de lei civil, que já não é lá essas coisas e ainda por cima os juizes têm a pretensão de a todo momento interpretar a lei, o que acaba criando uma incerteza enorme quanto às decisões. O Estado, que combina a inoperância na administração da justiça, com a voracidade irresponsável do lado fiscal, é uma praga teimosa da qual diversas economias na América Latina e da África parecem não conseguir se livrar”.

Giannetti também chamou atenção para a dificuldade de transferência de recursos e acumulação de capital humano e físico. “Parte do problema da baixa poupança e baixo investimento é a incerteza jurídica. Nós vemos isso no mercado de crédito. Não há crédito de longo prazo no Brasil para investimento. O de curto prazo é proibitivo. Também lembraria a incerteza contratual no mercado de trabalho. Acho que é um outro mercado em que o anacronismo institucional brasileiro chegou a um ponto realmente inaceitável”.

Alto preço

A burocracia foi apontada no seminário como a grande vilã dos países em desenvolvimento. O excesso de obrigações, tributos, altas taxas de juros e a legislação complexa inibem a abertura de novos

mercados e, conseqüentemente, minam a expectativa de crescimento.

“É preciso aumentar a eficiência na abertura e no fechamento de empresas pura e simplesmente”, afirmou o ex-diretor de Política Econômica do Banco Central e atual diretor executivo do Banco Itaú, Sérgio Werlang. “É difícil entender porque há uma instância estadual, uma municipal e outra federal. Há uma dificuldade gigantesca e nada é feito”.

O crédito caro no país tem um grande impacto na informalidade e é uma das razões do baixo crescimento de produtividade. Scheinkman apontou as taxas básicas altas e as incertezas trazidas pela legislação como causa importante do *spread* bancário. Segundo uma pesquisa



Eduardo Giannetti da Fonseca: “O Estado, que combina a inoperância na administração da Justiça, com a voracidade irresponsável do lado fiscal, é uma praga teimosa da qual diversas economias na América Latina e da África parecem não conseguir se livrar”

feita pelo Ministério da Fazenda, somente 6% da fonte do capital inicial do negócio informal no Brasil vêm de empréstimos, o que reflete a dificuldade na obtenção desse tipo de financiamento.

“Comparando com o nível de informalidade de diversos países e seus PIB’s, nota-se que o Brasil tem 40% mais informalidade do que deveria ter. Quer dizer, nós não temos a informalidade só porque nós somos um país relativamente pobre, mas nós temos também por razões especiais e eu acho que uma delas é a questão da Justiça, além da questão da burocracia”, analisou Scheinkman.

Receitas para o crescimento

Os especialistas sugeriram diversas medidas para minimizar o impacto dos problemas no ambiente legal brasileiro e destravar a economia, entre elas a incorporação de tecnologias da informação pelo Judiciário para reduzir a morosidade dos processos e a simplificação da legislação. “A impor-



Sérgio Werlang: “É um absurdo total nós termos um mercado de trabalho que, nas metrópoles, é 55% informal”

tância da clareza e nitidez na separação entre o lícito e ilícito é fundamental. Tanto a CLT quanto procedimentos em caso de falências no Brasil sempre padeceram de uma complexidade enorme e acabam dificultando as execuções da Justiça. Acho que a simplificação geral das legislações seria de grande valia para melhorarmos a qualidade do nosso arcabouço jurídico”, disse Giannetti.

“Temos que abrir a economia de verdade, fazer negociações internacionais. Isso é muito importante para o Brasil em vários aspectos, entre eles para baixar o custo do capital no país”, defendeu Sérgio Werlang, que também sugeriu a revisão da legislação trabalhista. “É um absurdo total nós termos um mercado de trabalho que, nas metrópoles, é 55% informal. E, quando se inclui fora das metrópoles, esse número vai para quase 90%. É uma coisa absolutamente impressionante”.

“Os países bem sucedidos e que cresceram são aqueles que conseguem manter o ritmo de atualização dos seus marcos institucionais”, explicou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, que aponta o atraso na atualização de leis no país. “Nos últimos trinta anos gastou-se tempo discutindo a macroeconomia, mas as instituições foram se distanciando do que estava sendo feito no resto do mundo. É como uma fábrica que, com uma crise conjuntural, pára de investir na sua inovação tecnológica e se distancia de seus competidores”.

Coad

Proposta de tributação dos lucros distribuídos penaliza investimentos e inviabiliza empresas



Foto: Alex Salim

Por Marta Arakaki

Desde janeiro de 1996, os lucros ou dividendos distribuídos ao titular, sócios ou acionistas das empresas não sofrem mais a incidência do imposto de renda na fonte e na declaração. No entanto, está sendo proposto o retorno da tributação do imposto de renda de 15% sobre os lucros distribuídos, pelo Projeto de Lei n.º 1.129/03, de autoria do deputado federal Cláudio Magrão (PPS-SP).

“Fica evidente que o retorno da tributação de 15% sobre os lucros e dividendos distribuídos é altamente inconveniente, injusto e desestimulante”

O projeto de lei tramita na Câmara dos Deputados, pela revogação do artigo 10 da Lei 9249/95, pelo qual foi abolida a referida incidência. Para justificar a sua proposta, o autor utiliza o argumento de que a não tributação dos lucros e dividendos é injusta, porque os rendimentos do trabalho são tributados com alíquota de até 27,5% e que o Brasil é um dos poucos países a conceder este tipo de isenção.

Os argumentos apresentados não encontram amparo nos fatos e justificativas que provocaram a alteração introduzida pela Lei 9249/95. Na realidade, o Congresso Nacional aprovou tal medida, justamente, para adequar a legislação brasileira ao tratamento tributário que é dispensado aos lucros e dividendos distribuídos na maioria dos países, que praticam a integração da tributação do imposto de renda pago pelas pessoas físicas e jurídicas.

Na época, pelos estudos realizados pela Secretaria da Receita Federal, ficou constatado que o Brasil não praticava esta integração, medida considerada essencial

para a atração de novos investimentos e desenvolvimento do mercado de capitais.

Um exemplo disso é que o atual Governo dos Estados Unidos apresentou um projeto para redução dos seus tributos, concedendo também a isenção de imposto de renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos, visando aumentar a capacidade de consumo, poupança e investimentos dos americanos.

A isenção dos lucros distribuídos foi uma das soluções encontradas por todos os países que a adotam, para realizar a integração da tributação das pessoas físicas e jurídicas, eliminando o duplo pagamento de imposto de renda sobre a mesma base de cálculo, que é o lucro gerado e distribuído pelas empresas.

É importante ressaltar que, em 1995, a tributação sobre os lucros e dividendos distribuídos foi reconhecida como injusta pelo então Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, por se constituir numa dupla incidência e, também, como inconveniente, do ponto de vista da atração de investimentos. No entanto, na época, para compensar a perda de arrecadação pela isenção que iria ser concedida, a SRF exigiu que fossem realizados aumentos em vários outros tributos.

Na tramitação da Lei 9249/95, isto foi negociado com o Congresso Nacional, que acabou incluindo e aprovando diversos aumentos substanciais no imposto de renda das pessoas jurídicas e em outros impostos e contribuições, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1996, dentre os quais destacaram-se:

1) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

a) Fixação da alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre lucros excedentes a R\$ 240 mil por ano - sobre o Lucro Real, Presumido ou Arbitrado (art. 3º, da Lei 9249/95).

b) Extinção da correção monetária do balanço – impedindo que as empresas capitalizadas continuassem a deduzir o resultado devedor dessa correção dos seus lucros. Esta medida tem gerado muitas distorções nos balanços das empresas, que permanecem sem qualquer atualização, há mais de 8 anos, gerando, inclusive, pagamento de tributos sobre lucros irreais pela venda de seus ativos.

Além disso, não podendo mais contabilizar a correção monetária do balanço, as empresas com situação patrimonial positiva ficaram impedidas e/ou desobrigadas de reservar parte dos seus lucros para preservar seu patrimônio e a continuidade de suas operações (art. 4º, da lei 9249/95).

Os valores dedutíveis do Lucro Real, ainda pendentes de compensação, como, por exemplo, os prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores,



Marcelo Ventura

também passaram a não ser corrigidos, gerando uma enorme perda para as empresas, exatamente porque eram obrigadas a atender as restrições das normas legais vigentes em relação aos valores a compensar.

c) Fixação da incidência do imposto de renda de 15% na fonte, sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa – auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta (art. 11, da Lei 9.249/95).

d) Vedação de deduções do Lucro Real – que eram permitidas, anteriormente (art. 13, da lei 9249/95).

e) Vedação de exclusão do Lucro da Exploração – em relação às atividades monopolizadas de que tratam o § 2º, do artigo 2º, da Lei 6264/75, e o § 2º, do artigo 19, do Decreto-lei 1598/77, com a redação dada pelo Decreto-lei 1730/79.

f) Majoração dos percentuais de cálculo do Lucro Presumido – passaram a ser exigidos os seguintes percentuais:

- 1,6% para revenda, para consumidores de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

- 8% para atividades comerciais, serviços hospitalares e transporte de cargas;
- 16% para prestação de serviços de transporte em geral, exceto de cargas;
- 32% para a prestação de serviços em geral, intermediação de negócios, administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços denominados de factoring.

2) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a) Alíquota majorada a partir de janeiro/96 – para 18%, aplicável às entidades financeiras, e para 8%, aplicável às demais empresas.

b) Vedação de deduções da base de cálculo – que eram permitidas, anteriormente (art. 13, da lei 9249/95).

Além dos aumentos de tributação introduzidos, a partir de 1996, pela Lei 9249/95, muitos outros tributos foram criados ou majorados ao longo dos últimos 8 anos. Alguns exemplos são o PIS, que aumentou a alíquota de 0,65% para 1,65%, e a Cofins, que foi implantada com a alíquota de 2%, passou para 3% e foi aumentada para 7,6%, neste ano, para as empresas tributadas pelo lucro real.

Muitas outras medidas, como a manutenção da CPMF em 0,38% e o aumento da CIDE, também ampliaram bastante a carga tributária brasileira, que deve atingir, em 2004, o expressivo percentual de 41% do PIB.

Diante do quadro apresentado, fica evidente que o retorno da tributação de 15% sobre os lucros e dividendos distribuídos é altamente inconveniente, injusto e desestimulante dos antigos e novos investimentos.

Além disso, esta tributação adicional sobre os lucros distribuídos ao

“O Brasil precisa tomar medidas urgentes para melhorar o ambiente legal e institucional oferecido aos negócios novos e antigos e evitar as que agravem ainda mais a situação”

titular ou sócios das empresas optantes pelo Simples ou Lucro Presumido pode inviabilizar inúmeros micros e pequenos negócios. É importante ressaltar que, para essas empresas, é preciso manter um tratamento diferenciado, pois elas têm sido a solução de sobrevivência nesta época de recessão econômica, caracterizada pelas reduzidas chances de recolocação dos desempregados no mercado de trabalho.

Além disso, os micros e pequenos negócios não têm conseguido gerar o retorno financeiro em relação ao capital e trabalho exigidos na sua operacionalização e já suportam tributação, burocracia fiscal e multas excessivas, que não levam em conta as suas dificuldades e o seu reduzido porte econômico.

O Brasil precisa tomar medidas urgentes para melhorar o ambiente legal e institucional oferecido aos negócios novos e antigos e evitar as que agravem ainda mais a situação, como esta que propõe o retorno à tributação dos lucros distribuídos que, se aprovada, representará mais um aumento de cargas tributária e burocrática para as empresas.

Todos esses argumentos foram apresentados pela Fenacon, num documento entregue ao relator do Projeto de Lei n.º 1129/03, sugerindo que o mesmo seja rejeitado, porque, além de ser altamente prejudicial aos empreendedores brasileiros, é, também, um desestímulo para novos investimentos nacionais ou estrangeiros.

Marta Arakaki é contabilista, advogada especializada em Direito Empresarial, assessora tributária da Fenacon e coordena o Grupo de Estudos sobre Assuntos Tributários do CFC
marta@arakaki.com.br





As sociedades uniprofissionais e o caráter empresarial



Foto: divulgação

Por José Antônio Patrocínio

Com a promulgação da Lei Complementar n.º 116, em 31 de julho de 2003, instaurou-se grande polêmica a despeito da permanência ou não do regime de tributação diferenciado das Sociedades Uniprofissionais pelo Imposto Municipal sobre Serviços, previsto no parágrafo 3º do artigo 9º do Decreto n.º 406/1968, com redação dada pelo artigo 2º da Lei Complementar n.º 56 de 15 de dezembro de 1987.

Nesse regime, o ISS é calculado por meio de alíquotas fixas em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes, não compreendidas a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho. As sociedades cujo imposto deve ser calculado observando-se essas regras são as seguintes:

- a) médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrassonografia, radiologia, tomografia e congêneres;
- b) médicos veterinários, enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária);
- c) contabilidade, auditoria, guardalivros, técnicos em contabilidade e congêneres;
- d) agentes da propriedade industrial;
- e) advogados;
- f) engenheiros;
- g) arquitetos, urbanistas, agrônomos;
- h) dentistas;
- i) economistas;
- j) psicólogos.

Importante lembrarmos que esse regime diferenciado de tributação, como regra excepcional que convivia harmoniosamente com a regra geral do ISS, foi recepcionado pela atual Constituição Federal. Nesse sentido, temos o enunciado da Súmula 663 do Supremo Tribunal Federal.

Em que pese o fato de muitos municípios interpretarem de forma contrária, a verdade é que esse sistema não foi

revogado pela Lei Complementar 116/2003, nem expressamente, tampouco, tacitamente. E é exatamente esse o

“Não há dúvida de que a tributação fixa é muito mais vantajosa do que aquela em que o ISS incide sobre o preço do serviço”

entendimento que prevalece na doutrina, ou seja, o ISS das sociedades prestadoras dos serviços que mencionamos não incidirá sobre o preço do serviço.

Pois bem, definida a forma de tributação desses profissionais resta-nos analisar outra questão, também polêmica e bastante tormentosa. Trata-se do caráter

que o ISS incide sobre o preço do serviço. Justamente por isso é que os interesses se contrapõem, ou seja, de um lado muitos contribuintes querendo enquadrar-se no sistema e, de outro, o Fisco instituindo regras para disciplinar e reduzir o número de beneficiários.

Com esse objetivo, portanto, encontraremos na maioria das legislações municipais regulamentação de critérios e requisitos que buscam, ainda que indiretamente, definir ou identificar caráter empresarial na prestação dos serviços.

Não há uma definição precisa de caráter empresarial. O que a Lei traz são os requisitos que possibilitam determinar se os sócios prestam serviços especializados, com responsabilidade e de forma pessoal. Esses critérios é que indicam se há um caráter empresarial na prestação dos serviços.

Prestar serviços com caráter empresarial vem sendo decisivo para afastar o direito ao tratamento diferenciado e mais favorecido. Havendo o desvirtuamento de sua natureza, a sociedade adquire caráter empresarial e fica sujeita ao ISS calculado sobre o preço do serviço.

Abordaremos a seguir os principais requisitos que, previstos nas leis municipais, possuem a difícil finalidade de identificar o caráter empresarial das sociedades.



Marcelo Ventura

empresarial da prestação dos serviços, o qual, de acordo com a jurisprudência predominante, pode descaracterizar a sociedade, fazendo com que a base de cálculo do ISS passe a ser a sua receita bruta.

Não há dúvida de que a tributação fixa é muito mais vantajosa do que aquela em

1) Profissionais habilitados ao exercício da mesma atividade

Todos os profissionais que exerçam as atividades em nome da sociedade, sejam eles sócios, empregados ou não, deverão estar habilitados ao exercício da mesma atividade. É o que caracteriza a chamada

Sociedade Uniprofissional. Sociedades constituídas por advogados e contabilistas, por exemplo, ficarão sujeitas ao ISS calculado sobre o preço do serviço.



2) Sócios que prestem serviços de forma pessoal

Todos os sócios deverão prestar serviços em nome da sociedade de forma pessoal. A responsabilidade de cada profissional também deve ser pessoal, de acordo com a legislação específica de cada profissão.

É comum encontrarmos profissionais que apenas constam do quadro societário, sem qualquer participação na prestação dos serviços. O fato do profissional estabelecer-se como sócio em diversas sociedades, sem exercer a atividade de forma pessoal, pode ser um indício do caráter empresarial da sociedade.

“A exploração pela sociedade de mais de uma atividade profissional é um indício de que a mesma adquiriu uma estrutura empresarial. Assim, perde o direito ao tratamento diferenciado”

3) Sócio pessoa jurídica

A sociedade que possua em seu quadro societário pessoa jurídica não faz jus ao Regime Tributário mais favorecido para recolhimento do ISS. Nesse caso, também fica caracterizada a ausência do trabalho pessoal.

4) Sejam sócias de outra sociedade

Também é requisito essencial para o tratamento diferenciado, que a socie-

dade não conste do quadro societário de outra sociedade, ainda que essa outra seja uma empresa. Ocorrendo essa hipótese, o ISS deverá ser recolhido com base no preço do serviço.

5) Desenvolvam atividade diversa daquela a que estejam habilitados profissionalmente os sócios

A sociedade deverá prestar apenas e exclusivamente os serviços para os quais os seus sócios sejam habilitados profissionalmente. Sociedades compostas por advogados devem exercer exclusivamente serviços advocatícios. Sempre que a sociedade se dispuser a prestar serviços distintos daqueles para os quais os seus sócios possuam habilitação, esta ficará sujeita ao recolhimento do ISS com base no preço do serviço.

6) Existência de sócio que delas participe tão somente para aportar capital ou administrar

Requisito que está diretamente relacionado com a necessidade dos sócios prestarem os serviços de forma pessoal. Naquelas sociedades em que, embora o sócio possua habilitação profissional, ele apenas participe para administrar ou aportar capital, estará evidenciado o caráter empresarial.

7) Exploreem mais de uma atividade de prestação de serviços

A exploração pela sociedade de mais de uma atividade profissional é um indício de que a mesma adquiriu uma estrutura

empresarial. Assim, perde o direito ao tratamento diferenciado.

8) Número excessivo de empregados

Considerando que é fundamental que a prestação de serviços ocorra de forma pessoal, ou seja, para cada sócio individualmente, a existência de um grande número de funcionários ou empregados diretamente relacionados com a prestação dos serviços pode indicar a existência de uma estrutura organizacional impregnada pelo caráter empresarial. A comprovação desse elemento pode descaracterizar a sociedade alterando a forma de tributação.

Posicionamento do Judiciário

Encontraremos na jurisprudência dos Tribunais Superiores diversas decisões que afastaram o tratamento privilegiado das sociedades com base no caráter empresarial. Esse argumento tem sido fundamental para determinar a forma de tributação desses profissionais. Dentre as muitas decisões nesse sentido, destacamos:

- a) STF – 1ª Turma – RE 105273-2/SP
- b) STF – 1ª Turma – RE 105854-4/SP
- c) STF – 1ª Turma – RE 88531/ES
- d) STF – 2ª Turma – RE 102129/SP

José Antônio Patrocínio é especialista em ISSQN, agente Fiscal de Rendas Municipal de Americana-SP e consultor do site FISCOsoft On Line www.fiscosoft.com.br

FiscoSoft



Registrar empresa pode ficar mais simples

O caderno A11 do jornal Gazeta Mercantil, do dia 14 de junho, publicou, em São Paulo, notícia referente à entrega das propostas do segmento empresarial para simplificar o registro, legalização e baixa de empresas, no Brasil, para o secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gastaldoni (ver matéria na página 6).

A matéria lembra que o trabalho, visando facilitar a criação de empresas e melhorar o relacionamento das mesmas com o poder público, foi iniciado após um convite feito pelo Ministério do Desenvolvimento por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção e do Ministério da Fazenda para que a Fenacon e o CFC, representando o

segmento empresarial usuário dos serviços públicos, participassem do desenvolvimento e implementação do projeto denominado 'Simplificação e Racionalização do Registro e da Legalização de Empresas'.

A publicação, uma das mais importantes da área de negócios do país, destacou a importância da criação de um aplicativo cadastral eletrônico unificado das pessoas jurídicas, integrando os órgãos da União, Estados e municípios. Outro ponto citado foi a proposta de repasse automático das informações obtidas pelas juntas comerciais, também por meio eletrônico, para as receitas estadual e municipal, Ministério do Trabalho, INSS, Secretaria da Receita Federal e demais órgãos.

Coelho Neto ataca alta carga tributária e burocracia à RBC



O representante da Delegação Confederativa da Fenacon junto à CNC, Pedro Coelho Neto, registrou a indignação da entidade a respeito da alta carga tributária sobre as empresas de serviços

contábeis e da burocracia brasileira em entrevista concedida à Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), editada pelo CFC.

A edição n.º 146 de março/abril trouxe sete páginas compostas por imagens e declarações feitas ao jornalista William Passos, que

apontaram também um balanço da gestão 2000/2004 do ex-presidente da entidade.

Coelho Neto lembrou que a Reforma Tributária aprovada em 2003 piorou violentamente a vida dos empresários do segmento, trazendo a obrigatoriedade de retenção na fonte dos impostos federais para as empresas de profissões regulamentadas e atingiu duplamente tais empreendedores: "como contribuintes passaram a antecipar seus impostos e como prestadores de serviços tiveram a já insuportável burocracia aumentada", argumentou.

Portanto, salientou a importância de se fazer uma Reforma Tributária ampla, com redução

Cinco ministérios vão aderir ao Linux

De acordo com a reportagem da Gazeta Mercantil, publicada em São Paulo, no dia 23 de junho, até dezembro, o governo federal substituirá o sistema operacional Windows pelo seu concorrente de código aberto Linux em cinco ministérios (Cidades, Minas e Energia, Cultura, Ciência e Tecnologia e Comunicações).

A informação foi revelada pelo presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Sérgio Amadeo, durante o X Conip – Congresso de Informática Pública, ao jornalista Aluísio Alves. A medida refere-se à implementação dos softwares livres, que estão disponíveis gratuitamente na internet, como o Linux.

O objetivo maior da mudança, segundo depoimento do presidente do ITI ao jornal, é livrar os cidadãos que utilizam os serviços públicos da obrigatoriedade de ter o Windows (Microsoft). Conforme salientou a matéria, alguns serviços federais na internet só podem ser acessados por quem utiliza o sistema operacional da Microsoft. "Queremos acabar com a reserva de mercado", disse Amadeo ao repórter.

do número de tributos, ampliação da base contributiva, redução da carga tributária e simplificação da metodologia de arrecadação, para que as micro e pequenas empresas tenham condição de se desenvolver.



Reproduções: RBC

Painel discute PIS/Pasep e Cofins na importação

Orientar os empresários que atuam na área de importação sobre os principais aspectos das novas contribuições incidentes sobre a importação. Essa foi a proposta do painel expositivo realizado no dia 30 de junho, em São Paulo. Promovido pela consultoria jurídica Caminho Legal, o painel 'PIS/Pasep e Cofins – Importação – Aspectos jurídicos, econômicos e impropriedades da Lei 10.865/04' contou com diversos empresários do setor.

Os consultores do Caminho Legal fizeram uma explanação sobre a Lei 10.865, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, a partir de modificações na Medida Provisória 164, editada a fim de instituir duas novas cobranças: PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação.

Segundo o consultor Eduardo Monteiro Barreto, as novas 'contribuições sociais' seriam indevidas por apresentarem inconstitucionalidades e vícios.

“Os princípios e garantias do contribuinte são desconsiderados, em completo desrespeito ao Estado Democrático de Direito, e tudo em nome dos interesses arrecadatórios do insaciável Fisco”.

O painel teve a presença do então vice-presidente da Região Sudeste da Fenacon e atual diretor de Tecnologia e Negócios da entidade; Nivaldo Cleto; e dos juizes contribuintes do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, José Eduardo Monteiro de Barros e Fuad Achcar.

Outros especialistas presentes foram: Pedro Constantino Evangelinos, presidente da Abrava - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento e da Sindratar - Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento do Ar; e Ricardo Lerner, diretor da Fiesp e da Ajesp.

Fonte: Assessoria de comunicação

Cofins aumenta arrecadação do governo

De acordo com Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o resultado da arrecadação de maio de 2004, divulgado pela SRF, no dia 21 de junho, é a prova inequívoca de que a não-cumulatividade da Cofins provoca aumento da carga tributária e traz danos ao mercado nacional. Segundo o presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, o resultado aponta que a Cofins teve crescimento real de mais de 20% nos primeiros 5 meses do ano, sendo que, em somente 3 meses, é que houve reflexos da nova legislação deste tributo.

Amaral avalia que, se comparadas à arrecadação de março, abril e maio de 2004, com o mesmo período de 2003, o aumento foi de mais de 30% em termos reais. O que comprova que a não-cumulatividade da Cofins representará mais de R\$ 10 bilhões extras para o caixa da União. Adicionando o ganho com a Cofins sobre importações, a arrecadação extraordinária ultrapassará a casa dos R\$ 13 bilhões em 2004. Somente esse tributo provocará um aumento da carga tributária em relação ao PIB de 0,8 ponto percentual.

DP Comp

Nova diretoria da Fenacon toma posse em São Paulo

Carlos José de Lima Castro e diretores assumem o comando da federação para o triênio 2004/2007

por Fernando Oliven Viera

Cerca de 450 pessoas prestigiaram a solenidade de posse da nova diretoria da Fenacon, ocorrida no último dia 08 de julho, no tradicional Buffet Torres, na capital paulista. A nova gestão foi eleita por unanimidade pelos presidentes dos sindicatos filiados durante a Assembléia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes, realizada no dia 21 de

prosperidade e que contabilidade com austeridade são os caminhos que deverão ser percorridos para alcançarmos o nosso ideal”, ressaltou Carlos Castro, agradecendo aos colegas o apoio que recebeu para assumir os trabalhos da federação nos próximos três anos.

“O Annibal (de Freitas), o Irineu (Thomé), e o Eliel (Soares de Paula) foram os que construíram a base para que nós tivéssemos êxito nessa missão que acabamos de cumprir”, lembrou o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, citando os ex-presidentes da federação. “É evidente que cada presidente tem o seu modo de administrar e nós procuramos cumprir nosso objetivo de forma transparente”.

Coelho Neto também citou todos aqueles que contribuíram para o sucesso da primeira administração do novo milênio. “Foi uma gestão totalmente participativa, primada pela ética. Isso foi dito no dia 5 de janeiro de 2001, quando fizemos um planejamento estratégico coordenado pelo nosso assessor Paulo Veras. Em nome dele, eu saúdo todos os

assessores da Fenacon que contribuíram conosco nesse período”, disse.

Balanco positivo

O presidente da Fenacon fez um breve balanço de sua gestão, citando parcerias firmadas com outras entidades, campanhas nacionais, como a inclusão das empresas de serviços no Simples e contra o aumento da carga tributária, publicação de manuais como o do Novo Código Civil e sobre o Simples, implantação do sistema de gerenciamento sindical TCS para os sindicatos filiados, participação de discussões junto aos órgãos públicos para diminuir a burocracia, realização de seminários e teleconferências.

Também mereceu destaque, a transferência da federação para uma sede própria na capital federal, o aprimoramento dos meios de comunicação, como a Revista Fenacon em Serviços, o Press Clipping e o Fenacon Informa, entre outras ações. “Fizemos muito mais do que

imaginávamos fazer e reconhecemos que isso só foi possível pelo fato de termos uma diretoria competente, disponível e disposta a assumir desafios”, completou.

Luta contínua

Em seu discurso, o presidente do Sescon/SP, Antonio Marangon, criticou as dificuldades



Mesa da solenidade de posse: a partir da esq., Antonio Marangon, Carlos Castro, Pedro Coelho Neto, Martonio Alves Coelho e Arnaldo Faria de Sá

Fotos: Sérgio de Paula



O presidente da Fenacon, empossado, Carlos Castro, discursa para cerca de 450 pessoas, entre empresários, lideranças sindicais, representantes da classe contábil, autoridades e políticos de todo o país

maio, em Brasília/DF. O novo presidente da federação, Carlos Castro, vice-presidentes e diretores assumiram os trabalhos no dia 1º de julho.

A política teve destaque especial no discurso do presidente empossado. “Podemos e devemos, com o nosso exemplo, mostrar aos governantes e à sociedade civil que as taxas de juros extorsivas, a alta carga tributária, a insegurança, o desemprego e a pouca seriedade na gestão do bem público não são sinônimos de desenvolvimento e



Pedro Coelho Neto: gestão participativa, primada pela ética



impostas pelo Governo aos micro e pequenos empresários e salientou a importância dos segmentos representativos para a mudança do quadro atual. “Nós, que compomos o Sistema Fenacon, temos nos empenhado muito junto ao poder público, principalmente com o apoio de deputados que estão sempre conosco, para dar um basta a esse descaso”.

Fotos: Sérgio de Paula



Antonio Marangon representou todos os 37 sindicatos integrantes do Sistema Fenacon

Marangon lembrou da força dos que produzem, como impulsionadores do desenvolvimento do País. “Somos um povo trabalhador, persistente e determinado que precisa de governantes de visão, com propósitos definidos e pulso firme. Prova disso é que o país caminha nos descaminhos dos dirigentes, pois mês após mês o superávit da balança comercial aumenta graças aos bra-

homenagens e presenças de empresários, lideranças sindicais, representantes da classe contábil, autoridades e políticos de todo o país. O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho, que integrou a mesa de abertura, comemorou, durante seu discurso, o fato de estar ocorrendo uma transição entre amigos e profissionais, em benefício da classe contábil.

“Eu acompanhei muito de perto o trabalho do Pedro (Coelho Neto) com a sua diretoria e vi o quanto de seriedade

sileiros que se dedicam ao mercado internacional, exportando seus produtos, quer sejam industriais, agrícolas ou pecuários”.

União

O evento foi marcado por

foi computada dentro desses anos de gestão, na luta contínua para a pontuação da nossa profissão. Tenho certeza absoluta que o Carlos (Castro), com os seus diretores e vice-presidentes, dará continuidade a essa gestão, em benefício do segmento de serviços contábeis”.

O presidente do CFC homenageou o deputado federal Arnaldo Faria de Sá

(PTB-SP), que também integrou a mesa. “O deputado tem trabalhado conjuntamente em benefício da classe contábil no Congresso Nacional. Gostaria de render as nossas homenagens pelo trabalho, principalmente em benefício da qualidade da



Martonio Alves Coelho: gestão da Fenacon foi caracterizada pela seriedade e luta contínua para a pontuação da profissão contábil

Exactus

classe contábil. Nosso agradecimento em nome dos 346 mil profissionais de contabilidade”, constatou Alves Coelho.

“Eu tenho oportunidade, como deputado, de estar em eventos de várias categorias, mas, certamente, a dos contabilistas, a qual eu pertença, me permite fazer uma avaliação extremamente positiva. Nós formamos efetivamente uma grande família”, disse Faria de Sá. O parlamentar acrescentou, ainda, que a diminuição das exigências, da burocracia e do excesso de obrigações por parte dos órgãos públicos é possível pelo empenho e determinação da classe contábil.

Presenças

A solenidade de posse foi seguida por um jantar dançante

e de confraternização. Estiveram presentes os ex-presidentes da Fenacon,



Arnaldo Faria de Sá: empenho e determinação da classe contábil vêm sendo preponderante para a diminuição das exigências, da burocracia e do excesso de obrigações por parte dos órgãos públicos

Annibal de Freitas (gestão 1991/1994), Irineu Thomé (gestão 1995/1997) e Eliel Soares de Paula (gestão 1998/2000); do CFC, José Serafim Abrantes; os presidentes do CRC de São Paulo, Luiz Carlos Vaini; do Paraná, Mauricio Fernando Cunha Smijtink; Santa Catarina, Nilson José Goedert; do Rio Grande do Sul, Enory Luiz Spinelli; Ma-

ranhão, José Wagner Rabelo Mesquita, e do Pará, Delfina Maria Melo Vieira.

Pelo CFC, participaram os vice-presidentes Técnico, Irineu De Mula, e de Administração, Antônio Carlos Dóro; o deputado constituinte José Maria Eymael; o assessor da presidência da Junta Comercial do Estado de São Paulo, Celso de Souza Azzi, representando o presidente Marcelo Manhães de Almeida, entre outros representantes da classe contábil e empresarial.

Foram recebidos telegramas e correspondências de congratulações dos governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin; de Minas Gerais, Aécio Neves, e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; dos presidentes do Sebrae nacional, Silvano Gianni; da Junta Comercial do Distrito Federal, João Carlos Montenegro; da OAB/SP, Luiz Flavio Borges D’Urso; da Fiesp, Horácio Lafer Piva; da Trevisan Auditoria, Antoninho Marmo Trevisan, entre outras autoridades.

Discurso de posse

Tomar posse, nesta noite, da presidência da Fenacon, é para mim motivo de orgulho e honra, além, obviamente, de me deixar bastante emocionado. Orgulho porque a Fenacon é uma entidade de referência nacional, composta por 37 sindicatos filiados e com representação em todos os rincões de nosso país.

Honra porque presidi-la significa ter a oportunidade de defender os interesses de dois grandes

segmentos: o das empresas de serviços contábeis e o das empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas, com mais de 70 atividades econômicas, segmentos estes pertencentes ao tão combatido setor de serviços.

Para tanto, juntamente com 12 colegas que tomam posse comigo, formaremos uma diretoria imbuída e determinada em fortalecer a nossa representatividade política de nossa Federação e em ajudar a consolidar os sindicatos de nossa base.

Desenvolver é crescer e a expansão da representatividade é fundamental para que possamos definitivamente ocupar o nosso espaço merecido e de direito.

Podemos e devemos, com o nosso exemplo, mostrar aos nossos governantes e à sociedade civil que taxas de juros exorbitantes, alta carga tributária, insegurança, desemprego e a pouca seriedade na gestão do bem público não são si-

nônimos de desenvolvimento e prosperidade e que contabilidade com austeridade são os caminhos que deverão ser percorridos para alcançarmos o nosso ideal.

Como não poderia deixar de fazer, agradeço a todos os que direta ou indiretamente confiaram em nós, e nos conduziram para mais esta missão. Agradeço aos meus colegas de gestão que confiaram em nossos ideais.

Agradeço também a todo o apoio que tenho recebido de meus irmãos, meus filhos, minha mãe e da minha noiva. Por fim, rogo a Deus que ilumine os nossos caminhos, que nos proteja e nos dê discernimento para que possamos tomar as melhores decisões.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
Gestão 2004/2007

Galeria de imagens

Fotos: Sérgio de Paula



Políticos presentes à solenidade de posse: na foto, à esq., o presidente da Fenacon, Carlos Castro, recebe cumprimentos do deputado Arnaldo Faria de Sá e, ao lado, do deputado constituinte José Maria Eymael



Carlos Castro, com a noiva, Gisleine, que, ao lado, recebe homenagem de Dona Teresa, esposa do ex-presidente Pedro Coelho Neto



Pedro Coelho Neto entrega certificado de agradecimento à sua diretoria. Na foto, a partir da esq., os conselheiros fiscais, Jodoval Luiz dos Santos e Antonio José Papior, os vice-pres. regionais, Luiz Valdir Slompo de Lara, José Geraldo Lins de Queirós (vice-pres. regional da atual gestão), Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta (diretor Administrativo da atual gestão), o diretor, Haroldo Santos Filho, o pres. do Sescap/PE, Adelvani Braz, representando o conselheiro fiscal José Carmelo Farias, o ex-vice-pres. regional (atual pres. do Sescon/SP), Antonio Marangon, Pedro Coelho Neto, o vice-pres. regional Nivaldo Cleto (diretor de Tecnologia e Negócios da atual gestão), os diretores Roberto Wuthstrack (diretor Financeiro da atual gestão), Horizon Faria de Almeida, Sauro Henrique de Almeida (vice-pres. regional da atual gestão), José Rosivaldo Rios e José Eustáquio da Fonseca e o ex-vice-pres. regional (atual pres. do Sescap/PR), Mário Elmir Berti

Copan

O mapa da Fenacon

Fotos: Sérgio de Paula

Presidente: Carlos José de Lima Castro - SP



Membro 'Adherente Individual de la Asociación Interamericana de Contabilidad', desde 2000, é contador com mestrado em Ciências Contábeis e Atuarias pela PUC - SP. Empresário da contabilidade, sócio do Escritório Contábil Anchieta Ltda., desde 05/04/82, sucedeu seu pai na organização fundada em 03/10/49.

Iniciou suas atividades nas entidades de classe como diretor segundo-tesoureiro da 'Aescon-SP', no triênio de 90 a 93, e presidente na gestão 01/03. Desde 1993 atuou como diretor do Sescon-SP, tendo exercido os cargos

de segundo-tesoureiro, vice-presidente Financeiro, vice-presidente, de 1998 a 2000, e presidente, na gestão de 2001 a 2003.

Articulista, perito judicial, palestrante, Carlos Castro é um dos coordenadores do MasterVisor, sistema de gestão de organizações contábeis, desenvolvido pela FEA-USP, com o patrocínio do Sescon-SP. Foi co-autor do livro 'Obrigações e Tributos das Pessoas Jurídicas e Equiparadas - Guia do Usuário dos Serviços Prestados pelos Contabilistas', editado pelo CRC-SP.

No 3º Setor, atua como conselheiro do Conselho Gestor no Programa Degrau, Geração de Redes da Sociedade Civil, promovido pela ACSF, Facesp e Rebraf, desde março de 2002.

Vice-presidente da Região Norte: Carlos Alberto do Rego Correa - PA



Bacharel em Ciências Contábeis, empresário contábil e professor universitário, foi presidente do Sescon/PA (gestão 99/04).

Diretor Administrativo: Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta - DF



Bacharel em Ciência Contábeis, empresário contábil e conselheiro fiscal da CNC, foi presidente do Sescon/DF (gestão 98/00) e vice-presidente da Fenacon para as Regiões Centro-Oeste e Norte (gestão 01/04).

Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Laércio Jacoméli - MS



Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em Administração e Auditoria Contábil e Financeira, empresário contábil e instrutor de cursos junto ao Sesc/MS, foi presidente do Sescon/MS (gestão 01/04), conselheiro do CRC/MS (gestão 02/05) e presidente do Sescon/MS (gestão 01/04).

Vice-presidente Institucional: Valdir Pietrobón - PR



Bacharel em Ciências Contábeis e empresário contábil, foi diretor Financeiro do Sescap-PR (gestão 92/94), conselheiro do CRC/PR (gestão 94/97) e presidente do Sescap/PR (gestão 98/03).

Diretor Financeiro: Roberto Wuthstrack - SC



Bacharel em Ciências Contábeis e Economia e empresário contábil, foi presidente do Sindicato dos Contabilistas de Joinville/SC (gestão 90/92) e do Sescon/SC (gestão 98/00), diretor secretário do Sescon/SC (gestões 92/94 e 95/97) e diretor Administrativo da Fenacon (gestão 01/04).

Vice-presidente da Região Sul: Renato Francisco Toigo - RS



Mestre em Contabilidade e Auditoria, empresário contábil e professor universitário, foi presidente do Sindicato dos Contabilistas de Caxias do Sul/RS (gestão 87/89), da Federação dos Contabilistas do RS (gestão 89/92), do Sescon/Caxias do Sul (gestão 95/97) e vice-presidente da CNPL (gestão 90/93).

Conselho Fiscal Efetivos:



Sérgio Approbato Machado - SP



Haroldo Santos Filho - ES



Vilson Wegener - SC

Suplentes:

Maciel Breno Schiffler - RJ
Valmir Madázio - SP
Almir Dias de Souza - PE

Diretoria suplente

Osias Chasin - SP
Bruno Ricardo de Souza Lopes - PR
Reinaldo Aparecido Domingos - SP

Paulo Bento - PR
Fernando César Passos Lopo - BA
Antonino Ferreira Neves - GO
Ronaldo Geraldo de Castro - MG
Luiz Valdir Slompo de Lara - PR
Antonio Luiz Amorim Araújo - TO
João Aramayo da Silva - RO
Wladimir Alves Torres - SE
Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior - PB
Anastácio Costa Mota - AL



**Vice-presidente da Região Nordeste:
José Geraldo Lins de Queirós - PE**

Bacharel em Ciências Contábeis e empresário contábil, foi presidente do Sescon/PE (gestão 93/96), conselheiro do CRC/PE (gestão 96/99), diretor da Associação Comercial de Pernambuco (gestão 94/96) e vice-presidente da Fenacon para a Região Nordeste (gestão 01/04).



**Diretor de Relações
Institucionais:
Urubatam Augusto Ribeiro - CE**

Bacharel em Ciências Contábeis e empresário contábil, é diretor de assuntos técnicos do Ibracon e foi presidente do Sescon/CE (gestão 01/04).

**Delegação
Confederativa**

Efetivos:

Carlos José de Lima Castro - SP
Pedro Coelho Neto - CE

Suplentes:

Irineu Thomé - SP
Valdir Pietrobon - PR



**Vice-presidente da Região Sudeste:
Sauro Henrique de Almeida - MG**

Bacharel em Ciências Contábeis e empresário contábil, foi diretor do Sindicato dos Contabilistas de Belo Horizonte, conselheiro do CRC/MG, diretor suplente do Sescon/MG e diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho da Fenacon (gestão 01/04).



**Diretora de Assuntos Legislativos
e do Trabalho:
Aparecida Teresinha Falcão - SP**

Bacharel em Ciências Contábeis e empresária contábil, foi conselheira do CRC/SP e presidente do Sescon/SP (gestão 98/00).



**Diretor de Tecnologia e Negócios:
Nivaldo Cleto - SP**

Bacharel em Ciências Contábeis e Engenharia e empresário contábil, foi diretor do Sescon/SP, presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo (gestão 01/02), diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon (gestão 01/03) e vice-presidente da Fenacon para a Região Sudeste, em 2004.



**Diretor de Eventos:
Carlos Roberto Victorino - SC**

Pós-graduado em Gerência Contábil e Auditoria, empresário contábil e sócio fundador da Rede Nacional de Contabilidade, foi conselheiro do CRC/SC e presidente do Sescon/Blumenau (gestões 97/00 e 00/04).

Qualidade de vida e prestação de serviços

V Enescap/Centro-Oeste apresenta fórmulas para resultados de sucesso profissional e pessoal

Administrar a carreira profissional, com constante atualização, e contribuir para uma vida melhor, através da prestação de serviços à sociedade. Esses foram dois dos assuntos que marcaram a quinta edição do Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas da região Centro-Oeste do Brasil, realizado nos dias 17 e 18 de junho, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande/MS.

Com o tema central 'Empresas de Serviços: Planejando o Crescimento', o evento ofereceu, aos cerca de 400 participantes, palestras abrangentes apresentadas por profissionais de renome e incentivou a integração regional entre os sindicatos e associados.

O presidente da Comissão Organizadora, Laércio José Jacomélli, durante seu discurso de boas vindas ao público, enfatizou o empenho de todos os colaboradores na realização do evento e aproveitou a ocasião para se despedir da presidência do Sescon/MS. Ele ocupou a pasta de vice-presidente para a Região Centro-Oeste na nova diretoria da Fenacon (gestão 2004/2007).

"Tenho orgulho e imensa satisfação de ter estado à frente do Sescon/MS. Procurei deixar o ambiente propício ao diálogo e à participação. O número de empresas representadas e filiadas cresceu, a receita teve um pequeno aumento e a pauta de serviços pôde ser ampliada. Esse sindicato ainda será uma das mais fortes entidades do Estado", disse Jacomélli.

Mudanças

"Estamos vivendo um período de muitas mudanças e transformações que

vêm trazendo inúmeros transtornos ao ambiente empresarial, social e na estrutura familiar", alertou o novo presidente do



Mesa da solenidade de abertura: esq. p/a dir., Laércio Jacomélli, Antonino Ferreira Neves, Pedro Coelho Neto, Carlos Rubens de Oliveira, Elizer Soares de Paula, João dos Santos e Alcir José Bispo Salviano

Sescon/MS, Carlos Rubens de Oliveira, durante seu discurso, no qual criticou as obrigações e as multas impostas pelo poder público em prol de metas de arrecadação.

"O Sistema Fenacon tem travado uma luta incansável em defesa de nossos associados representados, por isso, vejo a necessidade de união cada vez mais sólida entre as entidades para formarmos uma grande força nacional. Aí sim,

podemos propor, reivindicar e cobrar dos nossos representantes as mudanças necessárias ao bom andamento da sociedade e trazer harmonia e tranquilidade para o crescimento das empresas e a criação de empregos".

Base sólida

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, falou sobre a importância da realização dos encontros bienais, os Enescaps, que reúnem todos os Sescon's e Sescap's do país, quando são discutidas novas estratégias para as empresas de serviços e congregam todo o segmento representado nas cinco regiões do Brasil. Pedro Coelho destacou, ainda, que o tamanho de uma federação resulta da força de seus sindicatos. "Se os sindicatos forem fortes, nós teremos uma grande federação. Se os sindicatos forem fracos, nós teremos uma federação fraca".

Segundo ele, as empresas também cumprem o seu papel na criação de sindicatos fortes, participativos e prestadores de serviços à sua classe representada. "Dá um prazer imenso poder prestar serviço e fazer esse trabalho de voluntariado. É uma satisfação que nós devemos ter enquanto representantes classistas", disse.

"Há um trabalho muito grande a ser feito no Sistema Fenacon. Nós temos uma diretoria competente que retrata bem o que nós con-



Pedro Coelho Neto recebe placa de agradecimento das mãos de Laércio Jacomélli: "A diretoria que está assumindo, com certeza, vai fazer um excelente trabalho nesses próximos três anos"

seguimos nesse período de gestão: uma família. A Fenacon continua cada vez mais unida e a diretoria que está assumindo o encargo de representar os sindicatos e as empresas do segmento, com certeza, vai fazer um excelente trabalho nesses próximos três anos”, desejou Pedro Coelho, que recebeu das mãos de Laércio Jacoméli uma placa de agradecimento.

Presenças

A mesa da solenidade de abertura foi composta ainda pelos presidentes dos Sescon's do Distrito Federal, Elizer Soares de Paula; Mato Grosso, João dos Santos; pelo vice-presidente do Sescon/GO, Antonino Ferreira Neves e pelo vice-

presidente do CRC/MS, Alcir José Bispo Salviano, representando o presidente Luiz Henrique de Souza. O evento foi promovido pelos sindicatos da Região Centro-Oeste e patrocinado pelo CRC/MS, CEF, Prosoft e Senac e co-promovido pela Fenacon.

Estiveram presentes, o então vice-presidente da Fenacon para as Regiões Centro-Oeste e Norte, Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta; e o recém eleito vice-presidente Institucional, Valdir



Foto: Afonso Mesquita

Carlos Rubens de Oliveira:
“Estamos vivendo um período de muitas mudanças e transformações que vêm trazendo inúmeros transtornos ao ambiente empresarial”

Pietrobon, representando o presidente do Sescap/PR, Mário Elmir Berti.

Também participaram do encontro, os diretores da gestão (2001/2004) da Fenacon, José Rosivaldo Evangelista Rios (Eventos), e Horizon Donizett Faria de Almeida (Financeiro); os presidentes do Sescon/Londrina, Paulo Bento, e do CRC/PR, Maurício Fernando Cunha Smijtink; os vice-presidentes do Sescon/RJ,

Lindenberg Augusto da Luz, e do CRC/DF, Pedro Alves, entre diversas autoridades e representantes de entidades congêneras.

Palestras abordam a excelência na prestação de serviços

Paulo Veras

‘A contribuição do serviço para uma vida melhor’

O administrador de empresas e consultor de qualidade da Fenacon, Paulo Veras, abriu o ciclo de palestras do evento defendendo a harmonia dentro das organizações entre donos e empregados. “Quem entra numa empresa deve ter a noção de que está entrando numa coisa boa. Deve ser um ambiente de felicidade. É pura dramaturgia o empregado alterar seu comportamento só em função da chegada do chefe ou dono”.

Para Veras, o lucro é consequência da qualidade de vida de uma empresa. “Muita gente se preocupa com o lucro. Isso é uma visão míope, pobre de uma empresa. A qualidade de uma empresa passa pela administração de conflitos e pela realização de oportunidades. Quando ela é respeitada e tem

“A qualidade de uma empresa passa pela administração de conflitos e pela realização de oportunidades”

credibilidade perante seu público, o lucro vem como consequência”.

“Que tal trabalharmos menos e produzirmos mais?”, sugeriu. Segundo ele, o importante de uma empresa é a produção, entrega de produto e a consequente satisfação do cliente. “Não é preciso trabalhar como louco. O empresário deve pensar nisso”.

As mazelas sociais decorrentes da burocracia, como a fome,

foram criticadas pelo consultor. “Para o ser humano, o alimento é básico, essencial e elementar. Só há fome neste país em função das dificuldades que o próprio sistema impõe à sociedade. Criar dificuldade para vender facilidade é safadeza”.

Sobre a relação conflituosa que existe entre empresas e governo, Veras foi taxativo. “Está havendo uma inversão equivocada. O governo acha que os empresários e as empresas existem para servi-lo, enquanto



Foto: Roberto Medeiros

Paulo Veras abre a programação técnica do evento

nós sabemos que nosso compromisso é servir a sociedade”, disse, defendendo a união da classe contábil para combater a ‘paralisia estatal’: “quem pode combater a burocracia são as entidades. Se a classe dos contabilistas, que é a mais sofrida com relação a tudo isso, não se juntar para reivindicar mudanças no Governo, não vai acontecer nada”, enfatizou.

Clélio Chiesa

‘Reflexão sobre a tributação das empresas prestadoras de serviços’

O advogado especializado em direito tributário, Clélio Chiesa, iniciou o segundo dia de palestras alertando para a ‘reforma silenciosa’ promovida pelo Governo, que atende, em especial, interesses arrecadatórios. “Essa reforma acontece desde 1988 com a aprovação da atual Constituição e de lá pra cá sempre o governo alterou o texto constitucional

para aumentar a carga de impostos. Se a sociedade não fizer nada, estaremos contribuindo para o caos tributário”.

Ele citou o exemplo do IPTU progressivo, que não existia no país. “O governo alterou o texto constitucional e

“O Fisco tem uma atitude irreverente. Cobra o recolhimento e ainda diz ao contribuinte para, em caso de insatisfação, procurar o Judiciário”

hoje ele existe”, frisou. O advogado considera que, com esta atitude, o governo fragiliza as conquistas obtidas pela sociedade na Constituição de 88. “No final de 2002, foi inserido no Código Tributário uma autorização no art. 116, mais especificamente no parágrafo único, com o objetivo claro de acabar com o planejamento tributário no Brasil”, relatou.

Chiesa disse que toda essa situação provoca problemas de postura tanto do fisco quanto do contribuinte. “Sempre que surge um novo texto tributário, os empresários e tributaristas se reúnem para buscar uma brecha na lei e a tradicional ‘sai-dinha’. Já o Fisco tem uma atitude irreverente, pois cobra o recolhimento e ainda diz ao contribuinte para, em caso de insatisfação, procurar o Judiciário, daí a disputa pode se alongar por até 30 anos”.

Para o advogado, é preciso organização, consultoria e planejamento tributário para se evitar problemas com o fisco. “Eu preciso conhecer o sistema, como ele funciona e até onde eu posso ir. Por isso, o profissional terá que ter, daqui por diante, mais formação e menos

informação”. Chiesa ressalta que o quadro não é para desespero e nem pessimismo perante o Direito Brasileiro, mas alerta: “Temos que, de alguma maneira, reagir contra essa reforma silenciosa que leva a uma carga tributária elevada”.

Abel Costa de Oliveira

‘Meio Ambiente: vida, ética e cidadania’

“O homem está produzindo malefícios que irão acabar, principalmente, com a raça humana”, alertou o procurador de Justiça aposentado, ex-secretário de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e professor de Direito Ambiental, Abel Costa de Oliveira. Segundo ele, desenvolvimento não pode ser sinônimo de degradação ambiental. “Pode desenvolver, sim, mas com equilíbrio. Não podem exagerar na subtração excessiva de recursos naturais, é preciso ter um controle”.

O palestrante também chamou atenção para o problema da escassez de água. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), somente 2% da água existente no planeta não é salinizada, mas, apenas 0,36%, está exposta e própria para consumo humano e animal.

“Nós consumimos a água, devolvemos poluída e sem tratamento, portanto ela não vai ser mais aproveitável. Prefeito nenhum gosta de obras de canalização. Preferem fazer obra exposta para todo mundo ver. Saneamento é uma necessidade para a

“Prefeito nenhum gosta de obras de canalização. Preferem fazer obra exposta para todo mundo ver”

saúde humana. Diz a ONU que, se nós investíssemos em saneamento básico, diminuiríamos as doenças infantis, a mortalidade infantil e o Estado gastaria menos no SUS (Sistema Único de Saúde)”, observou.

Abel Costa ainda lembrou os diversos fenômenos causados pela degradação ambiental, como o buraco de ozônio, efeito estufa, modificações climáticas e a chuva ácida que prejudica plantações, polui rios e corrói prédios e automóveis.

“A nossa fauna e flora está sendo destruída. Estamos perdendo milhares de

espécies, com a matança de animais, por exemplo. É preciso ter consciência de que nada existe sem uma justificativa”, disse, em referência ao desequilíbrio causado na cadeia alimentar. Para o especialista, a única maneira de reverter esse quadro é através da

educação. “Eu acho isso fundamental e está na constituição brasileira: educação ambiental em todos os níveis escolares”.

Rodrigo Cardoso

‘Prestando serviços em alta performance’

Uma sessão de relaxamento descontraída entre o público antecedeu a palestra do engenheiro, especialista em Network Marketing e escritor, Rodrigo Cardoso. O palestrante iniciou sua exposição com dados sobre a principal causa de demissões. A cada dez empresas, nove demitem por problemas de comportamento do empregado.

“As pessoas e organizações estão perdendo oportunidades por falta de estratégia, liderança e por problemas comportamentais. Por incrível que pareça, o profissional não está sendo mais avaliado apenas pelo seu currículo e sim pela atitude e forma de agir”.



Meio ambiente foi o tema da palestra de Abel Costa

Foto: Arosio Mesquita



O palestrante, Clélio Chiesa

Foto: Roberto Medeiros

“O profissional não está sendo mais avaliado apenas pelo seu currículo e sim pela atitude e forma de agir”

Para Cardoso, é preciso fugir dos que pensam negativo, procurando associação com pessoas e empresas com objetivos, metas, visão e que pensem positivamente. A diferença do profissional de sucesso está no modo de trabalhar, em ser uma pessoa ‘extraordinária’, onde, no momento certo, atende o cliente quando ele menos espera. “É quando o encanta emocionalmente”, disse.

“São pessoas e organizações que não dão desculpas. Elas vão lá e fazem o que é necessário, claro, dentro dos princípios éticos, legais e morais. Se hoje está tudo tão parecido, o que vai diferenciar a sua empresa é você e a forma de prestar o serviço. É preciso inovar com criatividade”.

“Existe uma atitude excelente de qualidade. São aqueles que falam: ‘Eu faço o possível, eu tento atender da



Rodrigo Cardoso: ensinamentos, com humor

melhor forma. Essas pessoas vão ter bons resultados”, salientou Cardoso. Para ele, o valor do serviço prestado não é importante e sim o serviço ou produto oferecido ao cliente.

“Ele vê como benefício tudo o que resolve o problema dele. Para o cliente, tempo para ser atendido é um custo e ele prefere fornecedores que sejam mais rápidos. A empresa precisa enxergar com os olhos dos clientes e poucas conseguem isso”, defende.

“Faça seus clientes terem sucesso. Use a criatividade e aí cada um de vocês se torna mais competitivo e começa a ter um diferencial no mercado. Invista um pouco do seu tempo, chamando os clientes para conversar”, aconselhou Cardoso.

Eliel Soares de Paula

‘Sucesso na prestação de serviços’

O economista, contabilista e ex-presidente da Fenacon (gestão 1998/2000), Eliel Soares de Paula, abordou as formas de administrar uma carreira e como prestar serviços destacando-se no mercado. Para ele, há necessidade de investimento na imagem tanto da empresa como no profissional contábil. “Precisamos nos auto promover, qualificar e reforçar nossa imagem.

Nós não temos trabalhado o nosso *marketing* pessoal. É preciso construir uma imagem positiva que nos permita crescer na vida pessoal e profissional”, defendeu.

“Nós, empresários contábeis, possuímos uma carga cultural acumulada por esses anos todos de inflação, de economia em constante mudança e hoje temos uma vantagem competitiva em relação a outras profissões e



A descontração foi constante durante toda a apresentação

podemos tirar vantagem disso dentro do mercado, se soubermos aplicar esse conhecimento”.

Eliel também explicou a importância da inovação constante na prestação de serviços, utilizando a criatividade para cativar novos clientes. “Precisamos

conhecer melhor os mercados e as oportunidades. A maioria das pessoas dentro do nosso segmento não conhece as potencialidades daquilo que são capazes de realizar. Às vezes, nós temos uma empresa com um potencial tão grande e não

“Precisamos nos auto promover, qualificar e reforçar nossa imagem.

Nós não temos trabalhado o nosso *marketing* pessoal”

sabemos”, explicou. “Temos que ter conhecimento daquilo que fazemos e queremos alcançar, porque estamos dentro de um mercado de serviços, de coisas intangíveis”.

Segundo o palestrante, a entrega do serviço é ‘a hora da verdade’, por isso é preciso ter profissionais e colaboradores competentes. “Nós temos que avaliá-los porque é deles que sai o resultado do serviço” e acrescentou: “precisamos repensar as nossas empresas, reavaliar aquilo que nós estamos fazendo, seja com planejamento de curto, médio ou longo prazo, não importa o tamanho da empresa e nem a quantidade de clientes e funcionários”.



Eliel Soares de Paula: case de sucesso



Sessão de relaxamento com a platéia precedeu a palestra

Desenvolvimento no Piauí

A cidade de Teresina recebe, em agosto, o V Enescap/Nordeste, evento que reunirá o setor de serviços para dois dias de aprimoramento e integração empresarial

Por Priscila Vieira

No mês de agosto, Teresina (PI), a capital mais quente do Brasil, estará em festa comemorando seu 152º aniversário e recebendo, nos dias 12 e 13, os participantes do V Enescap/Nordeste, realizado pelo Sescon/PI, no Rio Poty Hotel. A programação do Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Enescap) já está confirmada (*confira tabela*) e promete reunir conhecimento e informação de profissionais vindos de vários lugares do país.

O primeiro dia do evento será aberto com a palestra do presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, que falará sobre o 'Setor de serviços como instrumento de desenvolvimento', seguido do presidente do

Sescap/PR, Mário Elmir Berti, que abordará o 'ISO nas empresas de serviços'. Depois, o diretor-presidente da Deloitte (PE), José Emílio Calado, expõe o tema 'Formação especializada'.

No sábado, a programação reservou espaço para a consultora tributária da Fenacon, Marta Arakaki, discursar sobre 'Tributação das micro e pequenas empresas', seguida dos palestrantes Antônio Machado Lima, empresário do setor industrial de ceras de carnaúba; José Rosivaldo Evangelista Rios, representante federativo do Sescap/BA, e Rodrigo Cardoso, engenheiro e master em neurolinguística. As palestras a serem apresentadas por eles serão: 'Painel empresarial local', 'Contabilidade e



Foto retirada do site www.teresinapanoramica.tk

Ao longo da Avenida Frei Serafim, os palacetes, que serviram de moradia à elite da cidade no século XIX. Ao fundo, os arranha-céus da Zona Leste, hoje, região mais valorizada de Teresina

responsabilidade social' e 'Prestando serviço em alta performance'.

Para participar, basta se inscrever no website do evento (www.seconpi.org.br/enescap). Os valores das inscrições são os seguintes: empresários e profissionais, R\$ 200; estudantes, R\$ 120; e acompanhantes, R\$ 100. O V Enescap/Nordeste é uma promoção da Fenacon e conta com apoio dos sindicatos filiados do MA, BA, RN, PB, AL, PE, CE e SE e patrocínio da Prosoft Tecnologia.

Mais informações:

Agenda Promoções
(86) 222-8125 / 223-9444

Hotel Rio Poty
Av. Marechal Castelo Branco, 555/
Sul - Ilhotas
Tel.: (86) 223-1500
www.riopoty.com.br
riopoty@riopoty.com.br

Miracéu Turismo
Tel.: (86) 221-3388
lysbela@miraceu.com.br

Site: Teresina Panorâmica
www.teresinapanoramica.tk

Programação técnica do V Enescap/Nordeste



12 de agosto

- 9h Abertura Oficial
- 10h30 Serviços: Instrumento de desenvolvimento
Carlos José de Lima Castro, presidente da Fenacon
- 14h ISO nas empresas de serviços
Mário Elmir Berti, presidente do Sescap/PR
- 16h Formação nas empresas de serviços
José Emílio Calado, diretor-presidente da Deloitte (PE)
- 19h Coquetel

13 de agosto

- 9h Tributação das micro e pequenas empresas
Marta Arakaki, consultora tributária da Fenacon
- 10h30 Painel empresarial local
Antônio Machado Lima, empresário do setor industrial de ceras de carnaúba
- 14h Contabilidade e responsabilidade social
José Rosivaldo Evangelista Rios, representante federativo do Sescap/BA
- 16h Prestando serviço em alta performance
Rodrigo Cardoso, engenheiro e master em neurolinguística
- 18h Encerramento



19º Encontro abordará gestão contábil dos negócios em SP

A expectativa é que em torno de 700 empresários discutam, em Campinas, temas como: ‘As novas responsabilidades das empresas contábeis’ e ‘ Cenário político brasileiro’

O Sescon/SP reservou para o 19º Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo diversos temas que envolvem qualidade profissional junto à gestão contábil dos negócios, para serem apresentados entre os dias 26 e 28 de agosto, no The Royal Palm Plaza – Resort Hotel, em Campinas (SP).

‘Selo de qualidade das empresas de serviços contábeis’, ‘A arte de vender o seu negócio’, ‘As novas responsabilidades das empresas contábeis’, ‘Apertem os cintos: o cliente sumiu’ e ‘Câmara de contabilidade’ são alguns dos assuntos que fazem parte da programação.

O jornalista, apresentador do Jornal da CBN e da TV Cultura, Heródoto Barbeiro, o administrador de empresas que conquistou o primeiro lugar em treinamento de equipes pelo Eaton Quality Award–Benchmarking in Training, Wellington Bega, e a contabilista e advogada, Marta Arakaki, são alguns dos nomes mais esperados.

O Encontro, bienal, pretende reunir cerca de 700 empresários. Paralelamente ao evento, haverá uma exposição com



Campinas: importante pólo industrial, tecnológico e econômico do País

produtos da área fiscal, tributária e contábil, acrescidos de novidades tecnológicas. Fazem parte da programação, ainda, apresentação musical e um jantar dançante. As inscrições podem ser feitas através do site www.sescon.org.br/evento. O valor para cada participante é de R\$ 150.

Programação preliminar

26 de agosto - Quinta-feira

09h00 às 14h30

Credenciamento e retirada de materiais

14h30 às 16h00

Palestra – Jornalista Heródoto Barbeiro: “Cenários políticos brasileiros”

16h00 às 16h15

Intervalo

16h às 17h45

Painel – “Selo de qualidade das empresas de serviços contábeis”

19h30 às 20h30

Sessão solene de abertura

20h30 às 21h30

Show Musical – Robson Miguel

21h30 às 23h00

Coquetel de Boas Vindas

27 de agosto - Sexta-feira

09h às 10h30

Palestra – Wellington Bega: “A arte de vender o seu negócio”

10h30 às 10h45

Intervalo

10h45 às 12h15

Palestra – Marta Arakaki: “As novas responsabilidades das empresas contábeis”

12h15 às 13h45

Almoço de Trabalho

14h00 às 15h30

Palestra - Grupo Teatral Toque de Areia: “Apertem os cintos: o cliente sumiu”

15h30 às 15h45

Intervalo

15h45 às 17h15

Painel – “Câmara de Contabilidade: temas relevantes”

17h15 às 18h30

Happy Hour na Exposição

21h00

Jantar Dançante

28 de agosto - Sábado

10h00 às 11h00

Painel – “Interamericano” com participação de empresários contábeis do Cone Sul

11h30 às 12h30

Sessão Solene de Encerramento

Campinas

Sede da Unicamp, uma das principais universidades do País, que reúne importantes centros de pesquisa, a cidade escolhida para sediar o 19º Encontro é um pólo de alta tecnologia responsável por um dos mais vigorosos centros econômicos da América do Sul. A cidade, localizada a uma hora da capital paulista, é a segunda mais importante do Estado de São Paulo, com uma população de cerca de um milhão de habitantes, distribuída em uma área de 801 Km².

Para se inscrever:

Departamento de Eventos:

(11) 3328-4929/ 4924

E-mail: seceventos@sescon.org.br



Por Paulo Angelim

E se...

Existem certas decisões na vida que não adianta você pensar sobre suas conseqüências. Ou você se permite vivê-las e senti-las, ou jamais poderá compreendê-las. Normalmente, tais decisões são existenciais e dizem respeito à sua vida profissional, espiritual, afetiva, ou familiar. Não estou falando de pequenas e simplórias decisões, como que roupa comprar, ou filme assistir. Estou falando das que implicam em mudanças significativas de vida ou na vida, como: aceito o emprego?, peço demissão?, faço uma nova faculdade?, largo a faculdade atual?, começo o namoro?, acabo o namoro?, permaneço na cidade?, aceito a promoção e parto para outra cidade?, e por aí vai.

Não são poucas as vezes que vamos empurrando dilemas pessoais com a barriga na esperança de

resolvê-los na mente, somente pensado, elucubrando. Ilusão! Se você não os viver, irá eternamente ser atormentado pela terrível pergunta: e se eu tivesse feito isso? Por muito tempo não quis

“Muitos vivem esse tormento mental e emocional porque têm medo de dar o passo necessário para viver a realidade”

crer nessa verdade, mas é certo que estamos muito mais propensos a nos arrepender do que não fizemos do que das decisões que tomamos. É certo que nem toda decisão será acertada. Mas, pior decisão será não tomar qualquer decisão, não se permitindo a chance de se constatar que você estava certo ou errado. Se você fizer isso, transformará sua vida num eterno ‘e se...’: Se eu tivesse entrado naquela faculdade... se eu tivesse assumido aquele emprego... se eu tivesse casado com aquela pessoa...

Na grande maioria das vezes, vivemos atormentados pelo fantasma do ‘e se...’ simplesmente por termos medo de que,

tomando a decisão que ansiamos, estejamos errados e quebreemos a cara. Vivemos com a idéia de que jamais teremos tempo suficiente na vida para darmos a volta por cima, caso estejamos errados na decisão que tomamos, que seremos eternamente infelizes. Sim, é fato que, às vezes, certas decisões podem significar a não possibilidade de volta, de retomada. Mas, sempre haverá a possibilidade de recomeço. Sim, é certo que podemos não ter tempo suficiente de vida para recomeçarmos. Mas, entre viver eternamente o conflito de um dilema, e a paz resultante de uma resposta alcançada, mesmo que a resposta não seja a que você esperava, digo-lhe que é preferível se permitir a chance de viver a resposta, e afugentar o fantasma do ‘e se...’.

Muitos também vivem esse tormento mental e emocional porque têm medo de dar o passo necessário para viver a realidade que irá responder a grande pergunta que existe em seu coração. Perguntas do coração não podem ser respondidas pela mente, mas pelos sentimentos. E Salomão nos ensina que “O sentimento sadio é vida para o corpo (Pv 14:30)”. Já disse e reafirmo: não se sente no imaginário. Sentimos no contato, nas vivências. Assim, faz-se necessário viver a realidade que irá trazer a resposta ao seu dilema. Portanto, não existe possibilidade de responder o dilema sem dar um passo adiante, sem um movimento de partida. E toda partida implica em um deixar. Muitos temem partir, pois não querem deixar. Impossível, inconciliável. Toda partida implica num deixar. Isso causa medo? Sim! E é isso que faz com que muitos não tomem a decisão. Aí, preferem a dúvida, o dilema, o conflito, o fantasma do ‘e se...’.

O interessante é que depois que tomamos a decisão, depois que aceitamos o partir, e o intrínseco deixar, muitas vezes, acabamos por constatar que não era tão difícil assim, nem que as



Marcelo Ventura

conseqüências são tão desastrosas quanto imaginávamos. É como superar o medo de vencer algum desafio, seja ele de altura ou velocidade, físico ou intelectual. Depois que o supera, você se sente forte, preparado e vitorioso por ter dado o passo, mesmo que ao final não encontre o que esperava ou encontre o que não esperava. O fato é que você deu o passo e se sente aliviado por não ter deixado que o fantasma do 'e se' lhe atormentasse.

Mas, cuidado.

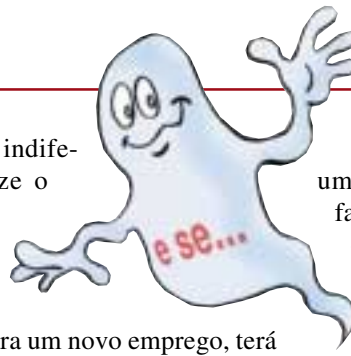
Seja prudente. Sempre que possível, deixe a porta de volta aberta. Desde o início, admita ao outro, se existir um outro nessa decisão, que você está sujeito a reconhecer que pode estar errado. Não deixe espaço para a mágoa, para o ressentimento, para o

desrespeito e indiferença. Valorize o outro, mesmo que a decisão seja deixá-lo. Por exemplo:

se for partir para um novo emprego, terá que deixar o atual.

O novo pode não ser tão bom quanto você imaginava, e talvez você queira voltar. Portanto, antes de ir, converse com seu superior e explique suas razões. Explique

seus medos também e seu possível reconhecimento do erro pela decisão tomada. Em síntese, pergunte se existe possibilidade de você voltar, caso se frustrar. Isso não significa dizer que ele concordará. Mas, você, pelo menos, abriu a possibilidade.



Outro exemplo, não envolvendo um outro: se você for deixar uma faculdade para trabalhar ou iniciar outra, não deixe de vez. Tranque a matrícula e inicie o trabalho ou a nova faculdade. Quem lhe garante que não exista a possibilidade de volta? Por outro lado, se você descobrir que é esse mesmo o caminho que deseja seguir, não terá perdido nada por ter prudentemente deixado o caminho de volta pavimentado. A mesma coisa vale para uma nova cidade, ou uma promoção dentro da empresa. Deixe, sempre que possível, as portas abertas. O fato é que é inadmissível você conviver eternamente com o remorso do passado, atormentado pelo 'e se...'. Quem vive assim, pode ficar certo que 'já era...'.

“Depois que tomamos a decisão, depois que aceitamos o partir e o intrínseco deixar, muitas vezes, acabamos por constatar que não era tão difícil assim”

Paulo Angelim é arquiteto, pós-graduado em marketing, palestrante especializado nas áreas de marketing, vendas e motivação pauloangelim@uol.com.br

Mastermaq

Piauí

Sescon/PI conquista ISS fixo e anual

Considerando que as sociedades profissionais afiliadas ao Sescon/PI são especializadas e a prestação dos serviços é feita sob a forma de trabalho pessoal, a entidade piauiense conseguiu em primeira instância, no Tribunal de Justiça do Estado Piauí, que seja mantido o direito de recolher o ISS pelo regime fixo e anual, conforme publicado no Diário Oficial 5.206, do dia 25 de junho de 2004.

Tal conquista foi baseada no artigo 9º, parágrafos 1º e 3º do Decreto Lei 406/68. “A prefeitura de Teresina nunca cumpriu o que determina a Lei Federal”, acusa o presidente do Sescon/PI, Tertulino Ribeiro Passos, que acrescenta: “Essa conquista representa uma vitória para o sindicato”.

O Sescon/PI vem trabalhando tal questão desde 1999 e há dois anos conseguiu uma liminar do Juiz da 2ª Vara dos Feitos da

Fazenda Pública, mas, segundo Passos, as quase 1.000 empresas envolvidas ficaram na dúvida e, por retaliação da fiscalização da prefeitura, continuaram pagando os 6% com base no faturamento pelo ISS (a partir de 2004 passou a ser 5%).

A partir de agora, as empresas de serviços em Teresina (600 só no setor de contabilidade) devem considerar se o profissional sócio se enquadra em nível médio ou superior para contribuir com o ISS. A taxa fixa anual correspondente ao primeiro é de R\$ 54,33 e, ao segundo, R\$ 209,22.

Bahia

Sescap/BA reelege Lopo

O presidente do Sescap/BA, Fernando César Passos Lopo, e os dois novos diretores da entidade, Reinaldo Cardoso da Silveira e Edson Daltro Bonfim, foram empossados para a gestão 2004/2007, no dia 8 de junho, em uma cerimônia realizada em Salvador (BA).

Destacando o apoio de parceiros e amigos, o presidente do Sescap/BA, Fernando Lopo, agradeceu a confiança nele depositada para representar o sindicato pela segunda vez e enfatizou o trabalho do presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, do diretor José Rosivaldo

Rios, e do diretor do Sescap/BA, Dorywillians Botelho. “Infelizmente é impossível citar todos os colaboradores que fizeram com que esses três anos fossem de um trabalho vitorioso. A eles o agradecimento mais do que merecido”, afirmou Lopo.

Durante a solenidade, o presidente Pedro Coelho Neto recebeu uma placa de reconhecimento oferecida pelo Sescap/BA, juntamente com o diretor, José Rosivaldo Evangelista Rios. Estiveram presentes diversas autoridades, como o deputado estadual (PT-



Fernando Lopo, presidente do Sescap/BA, entrega placa em homenagem ao diretor de Eventos da Fenacon, José Rosivaldo Rios

Fotos: divulgação

BA), Luis Caetano, o presidente da Câmara Municipal de Salvador, Emmerson José da Silva, e o superintendente da SRF, Adalto Lacerda.

Sescap/BA

Diretoria

Efetivos:

Presidente: Fernando César Passos Lopo
 Vice-presidente: José Carlos Alves Silveira
 Diretor Administrativo:
 Dorywillians Botelho de Azevedo
 Diretor Financeiro: Leonídio Freitas de Souza
 Diretor de Assuntos Legislativos:
 Osvaldo Ramos da Silva
 Diretora de Eventos:
 Patrícia Maria dos Santos Jorge
 Diretor de Tecnologia: Edmilson Bispo Gonçalves

Diretor Regional:
 Adilson dos Santos Marmori

Suplentes:

Valdomiro José Santos
 Erivaldo Pereira Benevides
 Marcelo Coutinho Lemos
 Ana Lúcia da Silva Santos
 Roberto Carlos de Jesus Conceição
 Genebaldo Carneiro Morais
 Reinaldo Cardoso da Silveira

Conselho fiscal

Efetivos:

Edson Daltro Bonfim

Iara Luisa de Santana Dórea
 Maria Stella de Menezes

Suplentes:

Valdi José Santos
 Jackson Jesus Bonfim
 Miguel Ângelo Nery Boaventura

Representante federativo

Efetivo:

José Rosivaldo Evangelista Rios

Suplente:

Fernando Antonio do Amaral

Amapá

Nascimento assume no AP

A solenidade de posse do presidente Márcio Lélío da Paixão Nascimento, para a gestão 2004/2006 do Sescap/AP, ocorreu no dia 5 de junho, no auditório da Fecomércio/AP, em Macapá (AP). Entre as metas da nova gestão, destacam-se: obtenção da Carta Sindical; convênios e parcerias com o CRC/AP, Sesc, Senac, Fecomércio/AP e Sebrae; representação dos empresários do setor de serviços e promoção de cursos, encontros e seminários para o aperfeiçoamento dos filiados ao Sescap/AP.

“Vamos ser o defensor número um da sociedade amapaense contra os desmandos governamentais”, salientou Nascimento. Na mesma ocasião foi feito o lançamento oficial

do V Enescap/Norte (ver matéria na página 31), o qual ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, da capital do Amapá.

O encontro reuniu convidados especiais, como o auditor geral do Estado do Amapá, contador Wellington Campos, o ex-vice-presidente das Regiões Centro-Oeste e Norte e atual diretor Administrativo da Fenacon, Antônio Gutenberg Anchieta, o promotor de Justiça do Mistério Público do Estado do Amapá, Moises Rivaldo Pereira, a presidente do CRC/AP, Maria Angélica Corte Pimentel, e o representante da Secretaria da Fazenda do Estado, Raimundo Jorge Penalber.

Também esteve presente, representando todos os sindicatos filiados à Fenacon, o ex-presidente do Sescon/PA e atual vice-presidente da Fenacon para a Região Norte, Carlos Correia, além do secretário do sindicato, Marcel Bitencuort, da tesoureira, Ludicleia Gomes, do segundo tesoureiro, Carlos Gomes, e do diretor, Geomario Frota.

Rio de Janeiro

Com sede nova, Sescon/RJ empossa diretoria

Em solenidade seguida de comemoração festiva no Sesc Flamengo, tomou posse, no dia 14 de julho, a nova diretoria do Sescon/RJ. O presidente é Guilherme Bottrel Pereira Tostes. Estiveram presentes à solenidade, representando a Fenacon, o presidente Carlos José de Lima Castro e o vice-presidente Institucional, Valdir Pietrobon.

No dia 28 de junho, o então presidente, José Augusto de Carvalho, inaugurou a nova sede do Sescon/RJ, no centro da capital fluminense.



Fotos: divulgação

O ex-presidente do Sescon/RJ e atual vice-presidente, Helio Cezar Donin, fala, acompanhado pela mesa da inauguração: esq. p/ a dir., Pedro Coelho Neto, José Augusto de Carvalho e Nelson Rocha

Estiveram presentes, o ex-presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, o diretor de Tecnologia e Negócios, Nivaldo Cleto, os presidentes dos Sescons de São Paulo, Antonio Marangon, de Minas Gerais, João Batista de Almeida, e Sul Fluminense, Fulvio Abrami Stagi, o presidente do CRC/RJ, Nelson Rocha, além de ex-presidentes e do presidente eleito do Sescon/RJ, Guilherme Tostes.

Maciel Breno Shiffler
Alexandre Andrade da Silva
Joseraldo Carvalho Ribeiro
José da Silva Puglia

Conselho deliberativo

José Augusto de Carvalho
Lindberger Augusto da Luz
Waldir Ferreira Neves
Élcio de Jesus Gonçalves Ribeiro
Neide Peres Ferreira

Sescon/RJ

Diretoria efetiva

Presidente: Guilherme Bottrel Pereira Tostes
Vice-presidente: Helio Cezar Donin
Secretária: Patrícia Alves Machado
Diretor Social: Adilson Feliz
Tesoureiro: Antônio Carlos Pinto de Azevedo
Diretores Administrativos:

Novos associados e desempenho profissional são as metas no PA

Ampliar a base de atuação, conquistando novos associados; promover regularmente eventos voltados para o desempenho profissional e diminuir a inadimplência. Estas são algumas das metas da nova diretoria do Sescon/PA, que tomou posse no dia 6 de julho, na sede do sindicato, na capital Belém. Entre as autoridades presentes, estava o vice-presidente da Fenacon (Região Norte), Carlos Alberto Correa. A solenidade de posse ainda será marcada. O novo presidente é Paulo Baker.

Sescon/PA

Diretoria

Efetivos:

Presidente: Paulo Otávio Bastos Baker
Vice-presidente: Ronaldo José F. Batista
Diretor Administrativo: Eunice Aguiar Kikuchi
Diretor Financeiro: Alcides Cardoso Sampaio
Diretor Adjunto: Mário Elísio de Melo Gusmão

Suplentes:

José Luis Ferreira Martins
Jorge Ney Santos Dias
Marcelo Menezes de Faria
José Pereira: Barbosa
Adamor Pereira de Deus

Conselho fiscal

Efetivos:

João de Oliveira e Silva
Huascar Lemos de Souza Junior
Moacir Dias da Silva

Suplentes:

Vânia do Socorro da Silva Mendonça
Tatiana Fabrícia Vasconcelos da Silva
Anilton Vieira dos Santos

Representantes federativos

1º Representante: Paulo Otávio Bastos Baker
2º Representante: Adamor Pereira de Deus
1º Suplente: Ronaldo José F. Batista
2º Suplente: Eunice Aguiar Kikuchi

Conselho fiscal

Vicente de Paulo Muniz
Guilherme Romay Filho
Hélcio de Oliveira Coutinho

Representantes federativos

Guilherme Bottrel Pereira Tostes
José Augusto de Carvalho

Sergipe

Continuidade em SE

O novo presidente empossado do Sescap/SE, para o triênio 2004/2007, José Cicinato Vieira Mello, afirmou em seu discurso, durante cerimônia ocorrida em 18 de junho, no auditório do Espaço Sebrae Multieventos, em Aracajú (SE), que se compromete a dar con-

tinuidade ao trabalho feito pelo ex-presidente, Wladimir Alves Torres, e seus diretores.

A solenidade de posse reuniu mais de 100 pessoas. Entre elas, o vice-presidente da Fenacon para a Região Nordeste, José Geraldo Lins Queirós, e os presidentes do CRC/SE, Carlos Henrique Menezes Lima; da Apejese, Jodoval Luiz dos Santos; da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, Alonso José dos Santos; da Associação Comercial de Sergipe, Fernando Carvalho e do Sindipese, Paulo Gusmão.

Sescap/SE

Diretoria

Efetivos:

Presidente: José Cicinato Vieira Melo

Vice-presidente: Gleide Selma Santos

Diretora Administrativa: Susana Souza Santos Nascimento

Diretor Financeiro: Elizete de Jesus Santana

Diretor Institucional: Wladimir Alves Torres

Diretora de Assuntos Legais e do Trabalho:

Maria Salete Barreto Leite

Diretora de Eventos: Ana Lúcia Sales dos Santos

Diretor de Tecnologia e Negociação:

Antônio Jorge de Souza

Suplentes:

Luiz Santana de Carvalho

Valdemir Alves de Oliveira

José Abdon Piedade Ralin

Manoel Artur Moreira

Sandra Elvira Gomes Santiago

Aécio Prado Dantas Junior

Diretores regionais

Efetivos:

Estância: Genivaldo Santos da Conceição

Lagarto: Paulo Siqueira

Suplentes:

Estância: Élson dos Santos Aires

Lagarto: Rosavam Custodio Aragão

Conselho Fiscal

Efetivos:

Presidente: Josefa Neide de Souza

Conselheiros: Moacir Silva Mota

Sônia Magna Moura Delmondes

Suplentes:

Domingos Sávio Andrade

Ana Olívia Barros Lemos

Joseli dos Prazeres Santos

Conselho consultivo

Jodoval Luiz dos Santos

Wladimir Alves Torres

Delegados representantes

Efetivos:

José Cicinato Vieira Melo

Wladimir Alves Torres

Suplentes:

Gleide Selma Santos

Elizete de Jesus Santana

Distrito Federal

Posse no Sescon/DF

Em solenidade seguida de comemoração festiva na sede do CFC, tomou posse, no dia 1º de julho, a nova diretoria do Sescon/DF. A equipe dirigente, gestão de 07/2004 a 06/2007, tem como presidente, Paulo César Terra.

Estiveram presentes, além de associados do Sescon/DF e autoridades, o ex-presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, o ex-diretor Financeiro, Horizon Faria de Almeida, o diretor Administrativo, Antônio Gutenberg Anchieta, e o atual presidente Carlos José de Lima Castro.

Sescon/DF

Diretoria efetiva

Presidente: Paulo César Terra

Vice-presidente:

Simone da Costa Fernandes

Diretor Administrativo:

Marco Aurélio T. Gomes de Sá

Diretor Financeiro:

Eliés de Paula Soares

Diretora Social: Rosângela de Fátima

Silva Bastos

Conselho deliberativo

Aleixo Vieira Gomes

Ricardo Gomide Castanheira

Silton de Moraes Sanches

Conselho fiscal

Joaquim A. de Carvalho

José Teixeira Rezende

Lúcia de Fátima Ribeiro Confessor

Amazonas

Américo permanece no Sescon/AM

A nova diretoria do Sescon/AM tomou posse no último dia 15 de junho, em Manaus (AM). As metas de trabalho devem ser definidas até o final do mês de julho, quando também está prevista solenidade de posse. Wilson Américo da Silva continua na presidência por mais três anos.

Sescon/AM

Diretoria

Efetivos:

Diretor presidente: Wilson Américo da Silva

Diretor vice-presidente Administrativo: José Luiz Silva

Diretor vice-presidente Financeiro: Manuel Aguiar dos Santos

Diretor Secretário: João Paulo Beltrão Duarte

Diretora de Eventos: Jeanne Carmen R. L. Figueira

Suplentes:

Vicente Luiz Reis Lauria

Osail Medeiros de Souza

Altevir Magalhães

Cleide Rodrigues Barreto

Paulo Euzébio da Silva Filho

Conselho Fiscal

Efetivos:

Silvio de Azevedo Pereira

Edivaldo Mendonça de Souza

Edson Castro dos Santos

Suplentes:

João Baptista Vieira de Oliveira e Souza

Joseny Gusmão da Silva

Mônica Procópio Black

Delegados federativos

Efetivo:

Wilson Américo da Silva

Suplente:

José Luiz Silva

Conselho consultivo

Carlos Alberto M. de Azevedo

Sérgio Ricardo Batista Lobato

Margaret do Nascimento Guerreiro

Hilda Queiros de Lima

Andréa Eunice Paulain Coroado

Antonio Soares Maia

Institucional

Prosoft